



200 ANOS DE IMPRENSA NO BRASIL

por

CARLOS EDUARDO GADELHA BACELLAR

2008

200 ANOS DE IMPRENSA NO BRASIL

por

CARLOS EDUARDO GADELHA BACELLAR

Monografia apresentada em cumprimento às exigências do Curso de Graduação em Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo), das Faculdades Integradas Hélio Alonso, para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Luiz Felipe Franceschini

Rio de Janeiro

2º Semestre / 2008



AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente aos meus pais, Marzinha e Bira; aos meus irmãos, Guto e João; aos meus tios, Cá e Toni; e à minha avó, Tetê. Sem eles nada seria possível.

DEDICATÓRIA

Ao jornalista e amigo Antonio Carlos Austregésilo de Athayde, que tentou me transformar num profissional de imprensa igual a ele. Graças a Deus não conseguiu, mas chamou minha atenção para o que verdadeiramente importa nesta vida, o que desenvolveu meu espírito crítico e me tornou um ser humano melhor.

*Jornalismo e Imprensa são duas formas de
Literatura sob pressão, do tempo e do
espaço.*

Murilo Melo Filho

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RESUMO | 6 |
| INTRODUÇÃO | 7 |
| 1. BRASIL: DA COLÔNIA AO IMPÉRIO | 9 |
| 1.1 A Imprensa no 1º Reinado | 12 |
| 1.2 A Imprensa no Período da Regência | 14 |
| 1.3 A Imprensa no 2º Reinado | 15 |
| 2. A REPÚBLICA E A IMPRENSA | 18 |
| 2.1 A República Velha | 20 |
| 2.2 A Era Getúlio: da redenção ao Estado Novo | 24 |
| 2.3 Os Anos Dourados | 27 |
| 2.4 A Imprensa Empresarial | 32 |
| 2.5 Os Anos de Chumbo | 39 |
| 2.5.1 A Censura | 41 |
| 2.5.2 O “Milagre Econômico” e a Imprensa | 44 |
| 2.5.3 Os Alternativos | 47 |
| 2.6 A Imprensa da Redemocratização | 48 |
| 3. A IMPRENSA DO SÉCULO XXI | 53 |
| CONCLUSÃO | 57 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 62 |

RESUMO

A imprensa, em qualquer parte do mundo, desempenha o papel de revelador político e econômico, abre espaço para a opinião, alerta para os problemas municipais, estaduais, nacionais e internacionais. A divulgação de notícias é apenas a primeira de suas diversas funções que, além disso, veicula e forma opiniões e dá uma boa medida sobre a prática da liberdade de expressão numa sociedade.

Este trabalho esboça um pouco do muito com que a Imprensa Brasileira colaborou no decorrer de nossa história. Além disso, pretende mostrar o processo democrático brasileiro, desde o Brasil Colônia até nossos dias. Ao traçar a trajetória da imprensa no país, mostra a evolução da tecnologia dos meios de comunicação, no Brasil e no mundo inteiro, e as previsões ou prognósticos para o seu futuro no século XXI.

INTRODUÇÃO

A divulgação de notícias é apenas a primeira das diversas funções da imprensa que, além disso, veicula e forma opiniões e dá uma boa medida sobre a prática da liberdade de expressão numa sociedade. Desempenha um papel fixador da linguagem, por registrar as inovações da fala muito antes da literatura e dos dicionários. Como veículo escrito cujos termos mais se aproximam do coloquial, espelha o nível cultural do público a que se destina e o êxito ou fracasso do sistema educacional de um país.

Uma das primeiras publicações de que se tem registro foi o “pao”, que difundia notícias da corte chinesa entre os servidores civis e circulou durante mais de mil anos (de 618 a 1911).

Na Roma antiga, os *graffiti* anunciavam, nos muros, vendas e locações, a perda de objetos e os espetáculos; e os *acta diurna*, por sua vez, informavam sobre o andamento das questões do Estado, os acontecimentos do dia, as guerras e os jogos.

Durante a Idade Média européia houve um período de regressão, em que voltou a predominar a palavra falada como meio de comunicação: jograis transmitiam, com suas poesias e cantigas as “gestas”, que eram a crônica popular da época. Os livros eram copiados à mão em exemplares únicos. Nos conventos, desenvolveu-se o processo que seria o antecessor imediato da impressão tipográfica: a xilografia, reprodução de originais gravados em chapas de madeira.

Desde o advento do noticiário periódico, podemos alinhar a história dos povos, suas descobertas e desenvolvimentos tecnológicos, a trajetória política de um país, com todas as manifestações populares e atos governamentais, assim como movimentos mundiais, ecológicos, científicos, que nos atualiza no dia-a-dia com fatos ocorridos tanto em nosso país como no outro lado do planeta.

A imprensa, em qualquer parte do mundo, desempenha o papel de revelador político e econômico, abre espaço para a opinião, alerta para os problemas municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Mesmo quando sob censura, desnuda a arbitrariedade com a pobreza na informação, ou pela redação de jornalistas que buscam a liberdade através da criatividade pela expressão escrita.

Este trabalho esboça um pouco do muito com que a Imprensa Brasileira colaborou no decorrer de nossa história. Além disso, pretende mostrar o processo democrático brasileiro, desde o Brasil Colônia até nossos dias. Muito a imprensa fez, com a participação de nomes ilustres de nossa literatura, assinando suas matérias e abrindo espaço para uma nova mentalidade do povo brasileiro. Infelizmente, ainda somos um povo, na sua maioria, carente de Educação. Isso dificultou, e muito, aberturas políticas e mudanças de paradigmas. Mesmo assim, devemos a esses homens, não importa de qual linha política, a chance de ampliarmos nosso conhecimento e raciocínio crítico quanto a assuntos variados.

Diante do exposto, o trabalho tem por objetivo mostrar a evolução da tecnologia dos meios de comunicação, no Brasil e no mundo inteiro, e as previsões ou prognósticos para o seu futuro no século XXI. A globalização é uma realidade. O mundo se relaciona com a velocidade das redes, a Internet chega em nossos lares e abre espaço para muito mais informação em um período muito menor de tempo.

1. BRASIL: DA COLÔNIA AO IMPÉRIO

A corte de D. João VI foi responsável pela introdução da imprensa no Brasil. Junto com a família real, chega o desenvolvimento, antes renegado na Colônia. Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas e decisivas quanto os 13 anos em que a corte permaneceu no Rio de Janeiro.

Nos porões da nau Medusa, que acompanhou o comboio da corte de Lisboa para a Colônia, estavam encaixotados os prelos e as caixas de tipos que haviam sido comprados na Inglaterra para a Impressão Régia lisboeta. Pode-se dizer que o Brasil Colônia, sem tipografias até 1808, e exposto a uma severa censura inquisitorial que impediu a chegada das idéias iluministas, passou ao largo do Renascimento e deixou de aproveitar as luzes do final do século XVIII.

Nessa década, o Brasil deixa de ser uma colônia atrasada e ignorante para se tornar um país independente, aberto para as inovações tecnológicas e culturais européias.

Até 1808, estava proibida qualquer atividade de imprensa, fosse ela a publicação de jornais, livros ou panfletos. Temos notícia, portanto, de poucas obras anteriores a este período, apesar de alguns historiadores debaterem a possibilidade de existência de prelos em Pernambuco, quando da ocupação holandesa naquela região, além de algumas poucas produções anônimas de impressos. Na América Espanhola, temos notícia da

imprensa desde o século XVI, pois a censura ali era menos rigorosa, diferindo radicalmente da intransigente política das autoridades portuguesas.

Em 1808, foi criada a *Imprensa Régia*, no dia 13 de maio, aniversário do príncipe regente D. João. A Impressão Régia foi um ato que, se transformou o Brasil Colônia, 350 anos após a invenção de Gutenberg, fazendo-o ingressar na era moderna, foi, por outro lado, também uma necessidade política para própria subsistência da Coroa nos Trópicos. Afinal, a corte precisava se comunicar com seus súditos: “Esse projeto de estado consistiu basicamente em criar, transpor, várias instituições de Portugal para o Brasil.”¹

O primeiro periódico brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado em 10 de setembro de 1808, tinha como função principal divulgar toda a informação oficial emanada do poder real. Depois de receber diferentes orientações e diversos nomes, embora conservasse o caráter oficial, tornou-se, em 1º de janeiro de 1892, o *Diário Oficial*, que circula até os nossos dias.

Três meses antes do aparecimento da *Gazeta*, no entanto, já circulava no Brasil o *Correio Braziliense* (1808/1822), que entrava na Colônia clandestinamente, nos porões dos navios que transportavam mercadorias e escravos. O jornal, fundado por Hipólito da Costa, era dirigido e redigido por ele mesmo, em Londres, onde se refugiava da Inquisição portuguesa. Hipólito é considerado, por muitos, o pioneiro da imprensa brasileira, apesar de ter produzido o periódico fora do país, praticamente sozinho, exercendo as funções de todo um corpo de redação de jornal e com extremas dificuldades financeiras. É ele próprio que diz:²

Todo o incansável trabalho da redação, edição, correspondência, etc. deste periódico tem recaído sobre um só indivíduo, que aliás está carregado de outras muitas e mui diversas ocupações, que se lhe fazem necessárias, já para buscar os meios de subsistência, que não pode ter nos escassos lucros da produção literária deste jornal, já para manter a sua situação no círculo público em que as circunstâncias o obrigaram a viver.

Alguns estudiosos da história da imprensa fazem referência a um acordo secreto entre D. João e Hipólito, pelo qual a Coroa passou a subsidiá-lo com uma pensão, paga pelos cofres públicos, e a garantir a compra de um determinado número de exemplares

¹ Wamireh Chacon in *Observatório da Imprensa*, 13/5/2008.

² Hipólito da Costa, *Correio Braziliense*, 1819.

do *Correio Braziliense*. Como Hipólito defendia ideais liberais, pregava a libertação do Brasil dos domínios de Portugal e seu jornal refletia as idéias iluministas que circulavam na Europa, este acordo objetivava amenizar suas críticas e prevenir qualquer radicalização nas opiniões expressas no jornal.

Essas informações mostram que o *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa inaugura um tipo de vínculo que tem marcado a história da imprensa no Brasil desde sempre. [...] mesmo após as reformas 'modernizadoras' da década de 1950, os principais jornais da cidade do Rio de Janeiro (à época, capital do país) continuaram vinculados ao Estado através de várias formas de financiamentos, isenções fiscais, empréstimos, subsídios e publicidade oficial. [...]³

Essa promiscuidade transformou-se num marco da história da imprensa no Brasil desde a época da *Imprensa Régia* e do *Correio Braziliense* até os dias atuais, sendo o primeiro, representante do poder (ou governo) e o segundo da oposição.

Os periódicos produzidos pela iniciativa privada apareceram mais tarde. A *Idade d'Ouro do Brasil*, publicado em 1811 na Bahia, pela tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, foi o primeiro periódico produzido pela iniciativa privada de circulação regular no país. No ano seguinte, surgem *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura* e, em 1813, *O Patriota*, os dois primeiros jornais literários do país. No período colonial apareceram mais de cinquenta jornais, quase todos de curta duração.

A atividade editorial, embora incipiente, estava sob o controle do poder real que se instalara na Colônia. Mais tarde, quando D. João VI deixa o Brasil, em 1821, decreta, no dia 2 de março, a abolição da censura prévia, regulando a liberdade de imprensa até que fosse elaborada uma nova regulamentação.

Naquele mesmo ano, D. Pedro I decretou, em 8 de junho, a vigência no Brasil das Bases da Constituição Política Portuguesa, decretada em 9 de março de 1821. Em Portugal, uma lei complementar de 12 de julho do mesmo ano incluiu a liberdade de imprensa. Foi considerada a primeira lei de imprensa portuguesa, tendo sido introduzida no Brasil em meados de setembro.

Entre junho de 1821 e dezembro de 1822, cerca de vinte publicações periódicas surgiram no Rio de Janeiro. O jornal de maior importância política do período foi o *Revérbero Constitucional Fluminense*, grande defensor das idéias de emancipação e

³ Venicio A. de Lima in *Observatório da Imprensa*, 4/6/2008.

porta-voz da facção democrática das lojas maçônicas. No período agitado que precedeu a independência, os jornais apareciam e desapareciam rapidamente.

Coube ao imperador convocar uma Constituinte durante o período compreendido entre 17 de abril e 12 de novembro de 1823. Elaborou uma carta de lei, assinada por José Antonio da Silva Maia, Bernardo da Gama, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos e João Antônio Rodrigues de Carvalho e ordenou a sua execução provisória, até a instalação da nova Assembléia. Essa carta afirmava a liberdade de imprensa como um dos mais firmes sustentáculos dos governos constitucionais, ponderando, entretanto, a necessidade de algumas barreiras para essa liberdade. Baseada na lei portuguesa, a carta dela diferia quanto ao julgamento. Enquanto a lei portuguesa garantia um tribunal especial para questões de imprensa, a carta brasileira estabelecia o julgamento pelo júri, cabendo aos tribunais ordinários dos distritos conhecerem as apelações. Esta lei adotou o sistema de responsabilidade sucessiva “autor, tradutor, impressor”, e estabelecia os abusos puníveis.

1.1 A IMPRENSA NO 1º REINADO

Proclamada a Independência e encerrada a turbulência política, o jornalismo entrou numa fase predominantemente cultural. Multiplicaram-se os jornais republicanos e abolicionistas. De 1823 até 1889 surgiram, no Brasil, cerca de 340 jornais. Em 1827, foi lançado o *Jornal do Commercio* e, quatro anos mais tarde, o *Beija-Flor*. Em 1874, instalou-se no Rio a primeira agência telegráfica, a *Reuter-Havas*, cujos telegramas foram, pela primeira vez, reproduzidos pelo *Jornal do Commercio* em 1877. A agência operou durante 71 anos no Brasil e depois se transformou na *France Presse*.

A Constituição de 25 de março de 1824 passa a vigorar e inclui a seção que tratava das garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos, bem como a liberdade de expressão de pensamento, reformulando alguns princípios que vinham desde a Idade Média.⁴

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determinar.

⁴ Constituição Brasileira, 1891, Art.179, n° 4 - www.planalto.gov.br/ccivil_03 - acessado em 20/8/2008.

A Constituição passa a garantir, ainda, o direito de propriedade, a liberdade de trabalho e, ao proscrever a censura prévia, entrega o seu controle para a esfera jurisdicional. Entretanto, prevalece o decreto de 22 de novembro de 1823, pois faltava uma lei ordinária que regulasse possíveis abusos. Algumas tentativas de alterações foram apresentadas, sem sucesso, como a de 10 de julho de 1826, de autoria de Gonçalves Ledo.

Esta segunda lei de imprensa durou até a aprovação do Código Criminal do Império, sancionado em 16 de dezembro de 1830 e considerado inovador por alguns autores. Todos os abusos concernentes à liberdade de imprensa ficaram incluídos na legislação comum, deixando de ser objeto de lei especial.

Os dispositivos gerais sobre os delitos da liberdade de comunicar os pensamentos figuravam nas partes do Código como crimes contra a existência política do Império; crimes contra o livre exercício dos poderes públicos; crimes particulares em que estão incluídos a injúria e a calúnia; crimes contra a segurança interna do Império e a pública tranqüilidade. O Código relacionava esses delitos, se provocados por impressos (litografias ou gravuras) distribuídos a mais de 15 pessoas. Nesses casos, os infratores eram punidos com multa e prisão. Na quarta parte do Código (Capítulo I), estavam incluídos os crimes resultantes da difusão de impressos considerados abusivos ou zombeteiros aos cultos estabelecidos durante o Império. Entre eles, podemos citar o que fosse considerado como a propagação de doutrinas que questionassem a existência de Deus, a imortalidade da alma, e a ofensa evidente à moral pública. O Capítulo VIII, também importante, tratava do uso indevido da imprensa, ou seja, dizia respeito à instalação de oficinas de impressão, litografias ou gravuras sem os dados essenciais relativos ao nome do impressor, local, nome da oficina e data. A imprensa brasileira, incipiente, não denunciava possíveis delitos e não registrava a restrição contra a presença do estrangeiro que exercia a atividade de impressor. Entretanto, a categoria de cidadão brasileira era exigida para o exercício das funções de editor/autor. As reformas político-administrativas sugeriam alterações e, por isso, o 1º Reinado colaborou para a reformulação da máquina judiciária da Colônia.

Com o desenvolvimento econômico, a imprensa mundial concentrava-se nos grandes centros urbanos, onde o público leitor ávido de conhecimento se ampliava,

fruto da revolução industrial do final do século XVIII. A imprensa periódica procurava dar apoio e sustentação às transformações.

1.2 A IMPRENSA NO PERÍODO DA REGÊNCIA

Em 1832, o *Código de Processo Criminal* trouxe novas mudanças. Desapareceu o centralismo da justiça absolutista dos tribunais régios para dar lugar a um sistema que repassava a justiça para as câmaras municipais e para o povo. Passaram a existir as instituições de queixa, de denúncia e o *habeas corpus*.

Entretanto, as sucessivas crises políticas favoreceram o aparecimento dos pasquins, que se distinguiam pela violência da linguagem e difamação de terceiros. Os excessos praticados nesses jornais eram freqüentes, resultando no surgimento da figura do “testa-de-ferro” ou “homem de palha”, cuja função era a de esconder a verdadeira identidade dos responsáveis pelas agressões explícitas nos jornais.

Por esta razão, em 18 de março de 1837, o regente Diogo Antônio Feijó determinou a dinamização dos processos de abusos da imprensa em um decreto que foi revogado pouco depois, em 28 de setembro, pelo regente Pedro de Araújo Lima. O 1º Reinado (1822 a 1831), revelou-se como um período marcado pelo autoritarismo, seguido da Regência Trina Provisória (1831 e 1840), marcada pela instabilidade política no país.

Como contraponto à crítica aos pasquins, Nelson W. Sodré esclarece que⁵:

[...] o período de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira. Fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, praticamente inexistente uma vez que inespecífica, encontrou, entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, consideradas as condições da época. Foi, praticamente, a infância da imprensa brasileira; talvez a sua turbulenta adolescência, quando muito, se considerarmos a infância, a curta fase em que batalhou pela liberdade conjugada à independência do país. Naquela curta fase, entretanto, sua influência foi muito mais restrita do que depois, quando do avanço liberal que levaria ao Sete de Abril e das lutas contra o regresso conservador. Nesse sentido é que a incompreensão em relação ao pasquim aparece como estranha e inaceitável.

⁵ Nelson Werneck Sodré. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, 1966. p. 206.

Não foi desprezível a produção de periódicos da primeira década do reinado de D. Pedro II. Ao lado dos jornais, proliferaram revistas, expressando interesses que perpassavam os ensaios literários da pretendida sociedade da Corte. A despeito da ordem reinante, Paula Brito, editor autodidata e mulato, amigo de Machado de Assis, se colocou no incipiente mercado editorial, produzindo, na Tipografia Fluminense de Brito & Cia., títulos que fizeram sucesso. Em 1832, já publicara *A mulher do Simplicio* ou *A fluminense exaltada*, periódico voltado para o público feminino, e mais tarde, editou *A Marmota Fluminense* (1849-1864) e *Guanabara* (1849-1856), uma revista de alta literatura.

Do movimento em defesa da República e da abolição surgiram grandes jornalistas, entre os quais Quintino Bocaiúva, a figura mais importante do jornalismo republicano, e José do Patrocínio, que se tornou um dos mais apaixonados defensores da abolição da escravatura. Uma das características do jornalismo até o final do século XIX é a contribuição regular de homens de letras e poetas. Começaram a carreira literária em jornais, ou passaram por eles, Machado de Assis, Coelho Neto, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Alphonsus de Guimaraens e Rui Barbosa, entre outros.

1.3 A IMPRENSA NO 2º REINADO

O 2º Reinado, de 1840 a 1889, o mais longo governo da história brasileira, evidenciou uma realidade marcada por modelos arcaicos e enfraquecidos pelas crises econômicas, religiosas e militares, que acabou por culminar no movimento político-militar que deu origem à República Velha.

D. Pedro II contribuiu bastante para a liberdade de imprensa. Em 1858, eclodiu a primeira greve dos tipógrafos no Rio de Janeiro provocada pelos funcionários do *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio* e *Correio Mercantil*, seguidos dos funcionários da *Imprensa Nacional*. Reivindicavam aumento salarial de 10 tostões.

No final do século, ocorreu um novo surto de pasquins, fruto do liberalismo que então imperava. O episódio do *O Corsário*, pasquim que em 1883 atacou alguns oficiais do 1º Regimento de Cavalaria no Rio de Janeiro, provocou a reação dos militares, que invadiram e depredaram o jornal, culminando com o assassinato do seu proprietário e redator, Apulcro de Castro. Por estes motivos, a censura prévia passou a ser defendida,

enquanto que a oposição lembrava o perigo desta defesa ser a negação da própria imprensa.

D. Pedro II demonstrava ser compreensivo com os abusos de imprensa, mesmo quando se tratavam de ataques ao imperador. Essa liberdade nos é retratada por João Camilo de Oliveira Torres (1957:189)⁶:

Entendo que se deve permitir toda a liberdade nessas manifestações. Os ataques ao Imperador, quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas o manejo ou desabafo partidário.

Predominava a literatura, mas algumas inovações se inseriam nos jornais, como o uso da caricatura, mas predominava a literatura. Ângelo Agostini, à frente da *Revista Ilustrada*, no Rio de Janeiro, é considerado o maior caricaturista desta fase. Suas caricaturas inicialmente eram publicadas em São Paulo, no *Diabo Coxo* (1864) de Luis Gama, e, depois, no *Cabrião* (1866), onde denunciava a corrupção e a voracidade dos cobradores de impostos. Foi processado, junto com os donos do jornal, e mudou-se para o Rio de Janeiro, estreando no *Arlequim* e na *Vida Fluminense* (1870). A partir daí, sua fama como crítico de costumes, abolicionista e ativista político se espalha por todo o Império. O Imperador D. Pedro II é um dos personagens mais presentes em seu trabalho.

Entre 1850 e 1859 destacaram-se, no Rio de Janeiro, três tipografias: a conhecida Dois de Dezembro; a pertencente a Antônio Lousada Antunes; e a Imperial.

Em 1874, o Barão de Mauá financia a instalação de um posto receptor do cabo submarino Portugal-Brasil. A imprensa brasileira passa, então, a receber notícias via telegramas. As notícias chegavam com uma rapidez muito maior. Em 1878, com o aprimoramento das técnicas fotográficas, a imprensa incorpora um novo gênero jornalístico, que ficou conhecido como “foto-reportagem”.

⁶ João Camilo de Oliveira Torres. **A Democracia Coroada: teoria e prática do Império**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957. p. 189.

Os jornais, mesmo que de linhas políticas opostas, irmanavam-se na difusão da ideologia voltada para o progresso. Surgiram as empresas jornalísticas, substituindo, nos maiores centros urbanos, o jornalismo artesanal. Essa evolução pode ser comprovada através do estudo feito por Gondin da Fonseca⁷:

A julgar pela limitada evolução gráfica da Imprensa Régia, os avanços técnicos foram modestos no Império. Os primeiros equipamentos de 1808 só seriam substituídos em 1845 por prelo mecânico; em 1877 se reequiparia através de módico investimento, para efetivamente modernizar-se só com a República. Mas se, inicialmente, contavam-se nos dedos os números de tipografias do país, a atividade foi crescente ao longo do século, registrando-se no Rio de Janeiro uma tipografia em 1808; meia dúzia em 1822; vinte e cinco em 1850; trinta em 1862; um sem-número delas em 1889; quase que uma em cada esquina em 1908.

⁷ Gondin da Fonseca. **Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908**. Rio de Janeiro: Editora Quaresma, 1941, *apud* Ana Luiza Martins & Tânia Regina de Luca, *in* **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

2. A REPÚBLICA E A IMPRENSA

O regime republicano não alterou substancialmente a marcha da imprensa brasileira. De imediato não surgiram jornais novos, a não ser o *Jornal do Brasil*, em 1891. Os mais vendidos no Rio de Janeiro, então capital da República, eram a *Gazeta do Rio*, o *Correio da Tarde*, *O País*, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*.

Os jornais essencialmente opinativos propunham novos modelos editoriais cuja ênfase era para o artigo de fundo, o editorial, enquanto outros hebdomadários apregoavam uma suposta neutralidade e compromisso com a verdade.

Vale ressaltar que a opinião, introduzida pelo editorial, não se misturava às colunas informativas. Também aumentou o aparecimento de jornais e revistas das colônias de imigrantes. A cidade de São Paulo, enquanto espaço urbano, assimilou os imigrantes italianos, alemães, espanhóis, franceses, árabes e portugueses, sendo que esses últimos predominavam no Rio de Janeiro.

A virada do século acelerou o ritmo da vida cotidiana, invadida pelo cinematógrafo, pelo gramofone e pela atividade editorial próspera. Proporcionou o aumento da produção de livros e de revistas, quer mundanas, quer científicas, fixando os contornos dessa nova sociedade republicana, na qual a imprensa, em franco processo de difusão, influenciou o gosto literário que, cada vez mais, competia com as novas formas de comunicação, moldando, conseqüentemente, o perfil do novo intelectual, cuja principal atividade passou a ser o jornalismo.

No dia 7 de abril de 1908, Gustavo de Lacerda funda a Associação de Imprensa, que, a partir de julho de 1915, passa a se chamar Associação Brasileira de Imprensa – ABI, para assumir abrangência nacional, por sugestão de seu então presidente, Belisário de Souza. Para Gustavo de Lacerda, os jornais precisavam ter uma missão social e funcionar como cooperativas de cujos interesses participassem todos os seus membros, dos diretores aos mais modestos colaboradores. Foi dele a idéia de manter aberta uma biblioteca ao público para atender não apenas às necessidades de informação cultural dos jornalistas, mas também a todo o povo da cidade carioca. A ABI sempre manteve os objetivos que a originaram, até os nossos dias⁸.

A Associação Brasileira de Ciências, dando ênfase aos estudos científicos, publica em 1917 a *Revista da Sociedade Brasileira de Ciências*. Os jornalistas ditavam uma nova forma de vida, contrariando a Igreja e até mesmo influenciando a formação de um novo padrão de linguagem e de uma nova consciência. Entretanto, a Primeira Guerra Mundial trouxe dificuldades pelos problemas relativos à importação de papel, enquanto os jornalistas assalariados se ressentiam da situação.

Os intelectuais, em geral, dirigiam-se para o jornalismo, mas também para o funcionalismo público e para a política. Neste impulso que os direcionou para a política, surge a primeira sociedade em defesa da classe: a Sociedade Brasileira dos Homens de Letras e a Sociedade dos Autores (que visava a fortalecer a defesa dos direitos de autor perante as casas editoras).

Por intermédio das publicações periódicas, os intelectuais puderam exercer suas funções como formadores de opinião. Nos jornais e nas revistas, nos magazines de luxo, a atuação deles era intensa, através dos editoriais, das crônicas, das poesias, dos folhetins. Na busca constante de espaços para expressarem suas idéias, as revistas femininas também se apresentaram como um espaço ideal.

No final do século XIX, cerca de 20 jornais republicanos aparecem no Rio de Janeiro defendendo o novo regime. O jornal *A República* surge em 1870 e, a partir de 1880, *O País* e o *Correio da Manhã*, que se anunciam como independentes, enquanto o *Jornal do Brasil* introduz muitas inovações em seu parque gráfico. Este último defendia a bandeira monarquista, até que Rui Barbosa passou a integrar o seu corpo editorial.

⁸ Nelson Werneck Sodré. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, 1966.

Merece destaque o papel do *Correio da Manhã*, que se vangloriava de dar ênfase à informação em detrimento da opinião.

Desde 1870, os jornais se dividiam entre os que apregoavam a manutenção da monarquia e outros, por oposição, defendiam o novo modelo político. O Marechal Deodoro da Fonseca, logo após o 15 de novembro de 1889, revogou as leis do Império. Dois jornalistas faziam parte do seu ministério: Rui Barbosa, diretor do *Diário de Notícias*, e Quintino Bocaiúva, diretor de *O País*.

2.1 A REPÚBLICA VELHA

Nelson Werneck Sodré relata as conseqüências, na imprensa brasileira, do chamado “Decreto Rolha”, considerado por alguns historiadores como a primeira lei de segurança nacional do país. O decreto nº 295, de 29 de março de 1890, aplicava-se a “todos aqueles que deram origem a falsas notícias e boatos dentro ou fora do país ou concorrem pela imprensa, por telegrama ou por qualquer modo para pô-los em circulação.”⁹

A imprensa, nos primeiros anos da fase republicana, retraiu-se. Os jornais políticos começaram a desaparecer e os que continuaram, eliminaram as seções políticas. Os jornalistas que desobedeciam às normas em vigor eram presos, e os jornais, depredados.

Fato memorável pela violência explícita foi o ocorrido no jornal *A Tribuna*, em 29 de novembro de 1890. Sob a direção de Antonio de Medeiros, o jornal se excedeu em sua linguagem e conseqüentemente foi depredado e fechado de modo enérgico. A imprensa carioca se manifestou protestando e pedindo a punição dos culpados. No mesmo ano, o Código Penal passou a vigorar pelo Decreto nº 847, de 11 de outubro, criticado por muitos juristas como “o pior de todos os códigos conhecidos”. Debruçava-se sobre os abusos contra a liberdade de imprensa, enquanto os crimes continuavam enquadrados na legislação penal comum, introduzindo, ainda, a responsabilidade solidária entre o autor e o dono da tipografia.

⁹ Nelson Werneck Sodré. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, 1966.

A promulgação da primeira Constituição Brasileira do período republicano, datada de 24 de fevereiro de 1891, gerou algumas alterações que modificaram a legislação vigente. O parágrafo 12, do artigo 75 do Decreto nº 85-A, de 23 de dezembro de 1899, declarava a livre manifestação de pensamento, respondendo cada um pelos abusos cometidos, além de não tolerar o anonimato e de acabar com o “testa de ferro”. Entretanto, a primeira lei de imprensa, de fato, só viria a existir no país cerca de 30 anos depois.

O período que se inicia em 1921, com a campanha da sucessão do presidente Epitácio Pessoa, e culmina na Revolução de 1930, tem referências imediatas em manifestações de tendências anarquistas. Embora debelados pelo governo, os movimentos de 1922 e 1924, seguidos da Coluna Prestes, mostravam a extensão e o agravamento da crise do regime. (1966:134)¹⁰

O primeiro instrumento legal sobre a imprensa, no século XX, foi o Decreto Legislativo nº 4.269, datado de 17 de janeiro de 1921, que regulava a repressão ao anarquismo, assinado pelo presidente Epitácio Pessoa. Seguiu-se a Lei Adolfo Gordo (“lei infame”) e a Lei Celerada (mais radical), consideradas na campanha presidencial de Getúlio Vargas como as leis compressoras, com a promessa do candidato de realizar mudanças, caso assumisse o governo.

Havia uma diferença entre a censura à imprensa daquela época e a que foi aplicada posteriormente. Quando se censurava uma matéria qualquer, um parágrafo ou uma palavra, seu espaço saía em branco. Com Arthur Bernardes, foi proibido deixar em branco o espaço censurado. Onde o censor, na redação, passasse o lápis vermelho, o redator era obrigado a substituir por outra matéria, para que o leitor não percebesse a censura.

A “lei infame” invocava o lema da liberdade com responsabilidade para encobrir seu propósito de acabar com a imprensa proletária. No governo de Artur Bernardes, o cerco é apertado e se estende aos grandes jornais, através do instrumento do estado de sítio. *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* são fechados. As redações assistem, pela primeira vez, a um fato que se repetiria com alguma constância a partir de então: a chegada do censor.

¹⁰ Nelson Werneck Sodré. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Edit. Civilização Brasileira, 1966.

Nas primeiras décadas do século XX, constantes crises e transformações políticas no mundo, provocadas pelas guerras mundiais e pela Revolução Russa de 1917, deram ao Brasil contornos diferentes, prenunciando rupturas. A imprensa, em expansão, tornou-se mediadora entre o público leitor e a sociedade política.

No início do século XX, os jornais começam a perder o caráter artesanal e amador para se transformarem em empresas. Essa tendência marca progressivamente toda a imprensa da primeira metade do século e condiciona modificações de temática (surtem os assuntos policiais, esportivos e mundanos), de gênero (a informação substitui a doutrinação) e estilo de redação (a linguagem jornalística se depura e adquire forma própria).

Surtem a especialização e a conseqüente divisão do trabalho: as colaborações literárias passam a ser agrupadas em uma mesma página ou caderno e foi imposta aos homens de letras uma adaptação às regras do jornalismo. Graças ao progresso das artes gráficas e à fotografia, aparecem as revistas ilustradas.

Como já foi dito, na transição entre a imprensa artesanal e industrial verificou-se um movimento de modernização, sobretudo no Rio de Janeiro. No governo de Hermes da Fonseca, a caricatura torna-se um instrumento de crítica: *A Careta*, com desenhos de J. Carlos, não poupava o governo. Os dois jornais cariocas que disputavam as correntes de opinião eram *O País*, no qual João Laje defendia a situação, e o *Correio da Manhã*, que liderava a oposição, com Edmundo Bittencourt. À figura de João Laje, produto novo do jornalismo industrial, contrapunha-se Lima Barreto, um dos últimos representantes da imprensa artesanal. (1990:54)¹¹

O *Jornal do Brasil* monta, em 1916, o maior parque gráfico da imprensa brasileira. Como jornal, não tinha nenhuma expressão. Só era lido por causa dos pequenos anúncios que o mantiveram independente financeiramente. Só passou a ter real atuação na imprensa brasileira depois da reforma feita pela condessa Pereira Carneiro. Com ele e com o *Jornal do Commercio* concorria o *Correio da Manhã*, mais modesto do ponto de vista empresarial, porém, dominante na preferência popular. Nessa época, a publicidade começa a evoluir.

Alguns jornais viviam de subsídios oficiais do governo federal, como *O País* (o mais subvencionado deles), a *Gazeta de Notícias*, *A Notícia* e o *Jornal do Commercio*.

¹¹ Juarez Bahia. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

Eram jornais do governo, na época, invariavelmente, impopulares. Em São Paulo, o *Correio Paulistano* era do PRP (Partido Republicano Paulista).

Em Minas, o *Diário Oficial*, que se chamava *O Minas Gerais*, publicava artigos de poetas e escritores mineiros. Os primeiros poemas de Drummond apareceram nesse jornal.

Havia jornais que apareciam e desapareciam. Apareciam nas campanhas presidenciais, mas depois desapareciam.

Os de oposição, esses precisaram encontrar os seus próprios meios de vida. A convivência da imprensa independente com o governo era a pior possível.

No começo da década de 20, os jornais de maior tiragem eram o *Correio da Manhã*, matutino, e *A Noite*, vespertino. *A Noite* saía em duas edições. Eram jornais que tinham vida própria, porque tinham grande circulação e muito anúncio.

Até 1930, o jornal do governo não era lido. *O País* era uma obra-prima, com longos artigos, nacionais e estrangeiros, mas ninguém o lia. *A Noite*, jornal popular, explorava a reportagem policial. Era um grande vespertino, no qual Irineu Marinho foi secretário, discípulo do redator Ferreira de Araújo. Os jornais exclusivamente matutinos eram o *Correio da Manhã* e *O Imparcial*. (1990:78)¹²

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, acentuaram-se ainda mais as características industriais da imprensa. Em 1920, Assis Chateaubriand comprou *O Jornal* e lançou os alicerces de sua cadeia de jornais, rádios e televisão – *Diários Associados* – que assinalou no Brasil a transposição de um fenômeno já comum em países capitalistas mais desenvolvidos: a concentração horizontal de vários órgãos de imprensa nas mãos de um único proprietário.

Na década de 1920 surgiram em São Paulo vários novos jornais: *Folha da Noite* (1921), *Diário da Noite* (1925), *Folha da Manhã* (1925), *São Paulo Jornal* (1926) e *Folha da Tarde* (1926). Em 29 de julho de 1925 começou a circular, no Rio de Janeiro, *O Globo*, fundado por Irineu Marinho.

Em 1929, a imprensa se engajou na campanha de Getúlio Vargas à presidência. A favor de Vargas, no Rio de Janeiro, ficaram o *Correio da Manhã*, os *Diários Associados*, já então com grande penetração nos estados, o *Jornal do Commercio*, *A Manhã*, *O Combate*, *A Esquerda*, *A Batalha*, *A Pátria*, o *Diário Carioca* e, a partir de

¹² Juarez Bahia. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

1930, o *Diário de Notícias*. Em São Paulo, a *Aliança Liberal* (movimento que integrou os partidos e grupos políticos que sustentavam Vargas) tinha o apoio do *Diário Nacional*, *Diário de São Paulo* e *A Praça de Santos*.

Ao governo, restava apenas *A Notícia*, *O País*, *A Noite*, *O Malho* e a *Ilustração Brasileira*, no Rio de Janeiro; em São Paulo, o *Correio Paulistano*, *A Gazeta*, o *Jornal do Commercio* e o *Diário Popular*; em Minas Gerais, o *Correio de Minas* e, na Bahia, *A Tarde*.

2.2 A ERA GETÚLIO: DA REDENÇÃO AO ESTADO NOVO

A chegada de Getúlio Vargas ao poder implicou deslocamentos importantes no cenário da grande imprensa: algumas empresas jornalísticas perderam parte do seu antigo brilho, como foi o caso do *Correio Paulistano*. Outros não resistiram aos novos ventos e acabaram desaparecendo, como *O País*, enquanto outros, a exemplo do *Jornal do Brasil*, mudaram de proprietários e/ou alteraram a sua linha editorial. A partir da década de 1930, os jornais de vida efêmera tornaram-se muito mais raros. Fizeram-se sentir os primeiros efeitos da inflação e as empresas jornalísticas foram obrigadas a aumentar os preços dos jornais.

Ao assumir o poder, Getúlio Vargas, não só esqueceu os seus compromissos de campanha, como aproveitou-se da legislação anterior para a criação do Departamento de Informação e Propaganda – DIP, através de um decreto presidencial, em 1939. O DIP tinha como meta disseminar os ideais do Estado Novo junto à população. Ele sucedeu ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC, de 1934, que, por sua vez, já havia ocupado o lugar do antigo Departamento Oficial de Propaganda – DOP, que remontava ao ano de 1931.

Quanto à mídia, a padronização do que seria divulgado era assegurada pela Agência Nacional, e o DIP espalhava as notícias sem nada cobrar da imprensa. Foi um órgão essencial para Getúlio Vargas que, ao chegar no poder sem nenhum suporte partidário, precisava fortalecer sua imagem junto à massa. Getúlio mantinha o DIP sob seu domínio, para administrar a publicidade oficial em torno de si.

Na área radiofônica, o DIP criou o programa oficial “Hora do Brasil”, ouvido em todo o país. Saiu de suas mãos também a elaboração do “Cinejornal Brasileiro”, uma

série de documentários no formato de curtas-metragens, compulsoriamente divulgados nos cinemas, antes do início dos filmes.

Com o Estado Novo, é imposta uma implacável censura à imprensa. De 1937 a 1945, vários jornais e revistas foram fechados pelo governo. A expropriação de *O Estado de São Paulo*, em 25 de março de 1940, e o aparecimento apenas de jornais pró-governo (*A Manhã*, no Rio, em 1941, e *A Noite*, em São Paulo, em 1942) são alguns exemplos.

A matéria censurada, muitas vezes, era enviada para deputados de oposição, que a liam na tribuna da Câmara. Qualquer coisa dita da tribuna não sofria censura e era publicada. A marcha da Coluna Prestes, por exemplo, teve uma grande repercussão no Brasil, pelos relatórios periódicos publicados na Câmara.

Os jornais publicavam os discursos de Prestes, que ganhou um imenso prestígio no Brasil. A “Campanha de Canudos”, também, estaria esquecida. Quem colocou Canudos em foco foi, em primeiro lugar, a reportagem de Euclides da Cunha. A Coluna Prestes era mais difícil, por estar em permanente deslocamento. Quem primeiro entrevistou Prestes foi Rafael Correia de Oliveira, diretor da sucursal do *O Jornal*. Chateaubriand mandou-o em seu lugar para ganhar um dia, pois temia que outros jornais, inclusive *O Estado de São Paulo* e o *Correio da Manhã*, por exemplo, também mandassem um repórter. Nenhum teve a idéia de mandar. A entrevista foi feita na Bolívia e publicada no jornal. A Coluna não tinha comunicações com o mundo exterior. Só Chateaubriand teve a idéia de mandar entrevistar Prestes.

Os proprietários das empresas jornalísticas, ainda que apoiando as medidas do governo, eram vigiados de perto, uma vez que os censores instalaram-se nas redações. Aumentava o clima de tensão e uma ameaça eminente parecia rondar a nação.

O pretexto para aumentar os poderes presidenciais veio do frustrado levante comunista de 1935, pejorativamente denominado de “Intentona Comunista”. Ainda que a ordem política não tivesse sido ameaçada, o acontecimento motivou a perseguição indiscriminada dos inimigos políticos de Getúlio Vargas. Esse episódio é relatado por Rodrigo Patto Sá Motta:

[...] o comunismo deixava de ser uma abstração e adquiria perfil definido, concreto e próprio da realidade brasileira: o anticomunismo passava a ter apelo forte, sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não davam ouvidos às advertências sobre o “perigo vermelho”. (2002:76)¹³

Órgãos anti-governistas e defensores das liberdades democráticas curvaram-se, então, ante o medo da revolução social, para unificar os inimigos da véspera. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, defendeu a reforma do recém-aprovado texto constitucional. Essa unificação, ainda que temporária, de idéias, é descrita por Maria Helena Capelato:

Não pendemos para os regimes de força. Somos pelo de direito [...]. Exatamente por fidelidade a esse regime, é que propomos a emenda da nossa Constituição. Se a Constituição facilita a propaganda comunista e sua propaganda nos é nociva, reformemos a Constituição [...]. (1989:208)¹⁴

Os editoriais de Assis Chateaubriand, por seu turno, insistiam na necessidade de uma união sagrada contra os rebeldes e clamavam por punições exemplares. Poucos dias depois do levante da Intentona Comunista, *O Estado de Minas*, um dos periódicos dos *Diários Associados*, ponderava que:

Não é possível enfrentar adversários tão despostos (*sic*) e tão sanguinários com punhos de seda e espadachins florentinos. A reação deve estar à altura da agressão. E os extremistas que são partidários do terror e da força, não tem que se queixar por serem tratados com dureza. (*Diário de Minas*, 8/12/1935, p. 2, *apud* Rodrigo Patto Sá Motta, *op. cit.*, p. 198)¹⁵

O famoso Artigo 122 da Constituição de 1937, que tratava dos direitos e garantias individuais, considerava a imprensa um serviço de utilidade pública, o que alterava a natureza da sua relação com o Estado e impunha aos periódicos a obrigação de inserir comunicados oficiais do governo. O direito individual de livre manifestação, por sua vez, subordinava-se a condições e limites prescritos em lei. Em nome de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, justificava-se a censura prévia à imprensa, ao teatro, ao cinema e à radiodifusão, além de se facultar às autoridades

¹³ Rodrigo Patto Sá Motta. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Editora Perspectiva/FAPESP, 2002.

¹⁴ Maria Helena Capelatto. **Os arautos do liberalismo: 1920-1945**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

¹⁵ *Diário de Minas*, 08/12/1935, p. 2, *apud* Rodrigo Patto Sá Motta. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Editora Perspectiva/FAPESP, 2002.

governamentais competência para proibir a circulação, a difusão ou a representação do que quer que fosse considerado impróprio.

O relatado acima mostra como eram muito estreitas as relações do jornalismo com a política. Até a década de 1940, a maioria dos diários era ainda essencialmente um instrumento político. Pequenos, em termos de tiragem e de recursos econômicos, os jornais eram, acima de tudo, porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam. A imprensa era ainda essencialmente de opinião e a linguagem da maioria dos jornais era agressiva, marcada que estava pela paixão dos debates e das polêmicas.

2.3 OS ANOS DOURADOS

Até a segunda metade do século XX, os periódicos brasileiros seguiam o modelo francês de jornalismo, cuja técnica de escrita era bastante próxima da literária. Os gêneros mais valorizados eram aqueles mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo. Os jornais, além disso, funcionavam como uma instância fundamental de divulgação da obra literária e de construção de reconhecimento social dos escritores. Era através do folhetim que os leitores tomavam contato com os autores e seus trabalhos. O jornalismo era considerado um subproduto das belas artes. Alceu Amoroso Lima o definia como “literatura sob pressão”, pois muitos jornalistas eram também ficcionistas.

É justamente no final da primeira metade do século XX que esse modelo começou a mudar, principalmente no Rio de Janeiro, onde o jornalismo empresarial foi, pouco a pouco, substituindo o político-literário. A imprensa abandonava a tradição de polêmica, de crítica, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião.

As reformas do *Diário Carioca*, entre 1947 e 1951, quando em sua nova sede, e do *Jornal do Brasil*, a partir de 1956, tiveram influência decisiva para a modernização técnica da imprensa brasileira. A primeira caracterizou-se pela reformulação da linguagem jornalística, responsável pela criação de um estilo direto e objetivo de narração; pela instituição da diagramação e do departamento de texto; pela inserção das colunas sociais e pela dinamização da fotografia, que se torna um elemento de

informação e não apenas de ilustração. Acompanharam o *Diário Carioca*, o *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha da Manhã*, *O Jornal*.

A reforma do *Jornal do Brasil* começou com a criação do suplemento dominical, que lançou o movimento concretista¹⁶ no Brasil e antecipou várias inovações gráficas, mais tarde sistematizadas no corpo do jornal. Possuía um grupo de excelentes profissionais, entre eles Reinaldo Jardim e Ferreira Gullar.

O *Correio da Manhã*, por sua vez, sofre uma grande reestruturação empresarial, com uma nova e moderna administração e um gerenciamento mais de acordo os novos tempos. O jornal *Ultima Hora*, fundado em 1951 por Samuel Wainer, que antes havia trabalhado em *Diretrizes*, é também um exemplo desse quadro de mudanças que já vinha adquirindo formas desde o início da década. Wainer introduziu inovações no jornal, revolucionárias em seus métodos de informar e até de opinar.

Esse novo estilo foi descrito por Juarez Bahia:

A imprensa foi deixando de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começa a ser vista como um lugar neutro, independente, reconhecido como um gênero de estabelecimento de verdades. Inspirado no noticiário telegráfico, o estilo jornalístico torna-se mais seco e forte. A restrição do código lingüístico – com o uso de reduzido número de palavras, expressões e regras gramaticais – aumentava a comunicabilidade e facilitava a produção de mensagens. Impôs-se um estilo direto, sem o uso de metáforas. Como a comunicação deveria ser, antes de tudo, referencial, o uso da terceira pessoa torna-se obrigatório. O modo verbal passa a ser, de preferência, o indicativo. Os adjetivos e as aferições subjetivas começam a desaparecer, assim como os pontos de exclamação, as reticências. (1990:172)¹⁷

Na estruturação da notícia, nos anos 50, o jornalismo adotou as técnicas norte-americanas do *lead* e da “pirâmide invertida”. O *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a perguntas básicas: “quem”, “fez o quê”, “quando”, “onde”, “como” e “por quê”. Símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o “nariz de cera”, texto introdutório longo

¹⁶ Nos anos 50 surge o concretismo. A expressão "arte concreta" já havia sido criada pelo holandês Theo Van Doesburg, em 1930. O movimento concretista surge, em 1955, na Escola Superior da Forma, em Ulm (Alemanha), baseado na teoria elaborada pelo suíço Max Bill. Os concretistas rejeitam a abstração e a expressividade, seja a lírica de um Kandinsky ou Mondrian, seja a religiosa de um Malevitch ou Rothko. Sua ambição é liquidar a sintaxe tradicional, que faz distinções entre forma e conteúdo, entre figura e fundo, entre sujeito e objeto, e estabelecer uma nova linguagem, que para eles é o design. O Concretismo começa a despontar no Brasil com a publicação da revista *Noigandres* pelos três poetas: Hélio Pignatari, Haroldo de Campos e Augusto de Campos. Porém, fixa-se no Brasil com a Exposição Nacional de Arte Concreta, em 1956, no Museu de Arte Moderna de São Paulo. (www.brasilcultura.com.br – acessado em 17/10/2008).

¹⁷ Juarez Bahia. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos. A antiga técnica usava uma linguagem prolixa e pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica, em que a narração, o comentário e a análise se confundiam.

Pompeu de Souza, um dos pioneiros da técnica do *lead* no Brasil, editor chefe do *Diário Carioca*, relata sua experiência:

Ninguém publicava em jornal nenhuma notícia de como o garoto foi atropelado aqui em frente sem antes fazer considerações filosóficas e especulações metafísicas sobre o automóvel, as autoridades do trânsito, a fragilidade humana, os erros da humanidade, o urbanismo do Rio. Fazia-se primeiro um artigo para depois, no fim, noticiar que o garoto tinha sido atropelado defronte a um hotel. Isso era uma remanescência das origens do jornalismo, pois o jornal inicial foi um panfleto em torno de dois ou três acontecimentos que havia a comentar, mas não noticiar, porque já havia informação de boca, ao vivo, a informação direta.

Quando a complexidade dos acontecimentos foi obrigando o jornal a se transformar num veículo de notícias, o jornal conservou essa remanescência do panfleto, inclusive porque era até um *capitis diminutio* para o redator escrever uma notícia pura e simplesmente. Ele seria um mero noticiarista, não um redator. Era preciso, então, caprichar na forma, castigar o estilo para noticiar qualquer coisa. Com a ocupação e o dinamismo que foram tomando conta da vida, ninguém tinha mais tempo de ler esse tipo de noticiário. (Entrevista de Pompeu de Souza, para a *Revista da Comunicação*, em 24/9/1988 – Catálogo de Periódicos Brasileiros Microfilmados - 1994).¹⁸

Duas décadas depois da revolução de 30, as conquistas sociais, a urbanização, o consumo, a renda interna, a produção industrial e o desenvolvimento da agricultura criam, aos poucos, para a sociedade brasileira, novos padrões de vida. É assim que chegam as modernas técnicas de redação e estruturação dos textos jornalísticos: elas respondiam a uma demanda por rapidez, tanto na instância da produção quanto na do consumo. O ritmo cada vez mais acelerado da vida moderna exigia que os jornais se transformassem em veículos dinâmicos para as notícias e para a propaganda. O texto jornalístico passa a valorizar a lógica da rapidez, da velocidade, da falta de tempo da sociedade industrial.

Como afirmou Walter Benjamin, “acabou o tempo em que o tempo não vinha mais ao caso. O homem de hoje não trabalha mais no que não pode ser abreviado. Na verdade ele conseguiu abreviar até a narrativa.”(1981:63)¹⁹

¹⁸ Entrevista de Pompeu de Souza, para a *Revista da Comunicação*, em 24/9/1988 – Catálogo de Periódicos Brasileiros Microfilmados – 1994.

¹⁹ Walter Benjamin. **Os cacos da história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

É a nova racionalidade temporal, presente na “pirâmide invertida”, na qual, de acordo com essa nova técnica narrativa, o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações. Assim, o leitor teria acesso aos dados essenciais sobre a notícia nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a reportagem até o final.

Os fatos deixam de ser narrados cronologicamente, não são mais ordenados pela seqüência temporal, e sim por sua importância (definida a partir de estatísticas sobre os interesses de um suposto “leitor-médio”). A “pirâmide invertida”, além de atender à lógica da leitura rápida, facilitava também o processo de edição, pois, na hora da montagem da página, possibilitava o “corte” de qualquer texto pelo “pé” (ponta de baixo da pirâmide), sem lhe causar danos de sentido.

Todas essas normas editoriais, ao serem adotadas pelos jornais, começaram a funcionar como um código de “leis” para redatores e editores. Havia algumas regras gerais, válidas para o jornalismo como um todo, mas também regras específicas para cada periódico. Surgem, então, os manuais de redação, que formalizam a padronização dos textos jornalísticos (pela eliminação da liberdade estilística do discurso literário) e constroem a identidade dos diferentes veículos de informação.

O *Diário Carioca* foi o primeiro jornal brasileiro a adotar, de forma sistemática, a “pirâmide invertida”. Em março de 1950, lançou o seu manual de redação e estilo (o primeiro do Brasil), um folheto de 16 páginas, escrito por Pompeu de Souza: *Regras de redação do Diário Carioca*. Cinco anos antes, em agosto de 1945, esse mesmo jornal já havia publicado a coluna – “Cartas a um foca” –, onde apresentava ao leitor algumas técnicas jornalísticas. A coluna continha os elementos mais importantes do manual.

Pioneiro, o *Diário Carioca* foi também o primeiro jornal a instituir na redação o *copydesk* (contratou um grupo de redatores para revisar e, se necessário, reescrever as matérias, dando-lhes unidade de estilo). Seu papel era essencialmente disciplinador: o *copydesk* fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas de redação.

Ao lado do moderno conceito de notícia, também surgiu, na década de 1950, uma nova maneira de se conceber o *design*, que estabeleceu novos padrões editoriais e gráficos para o jornalismo diário. Até então, também na perspectiva visual, o jornalismo brasileiro seguira o modelo francês: excesso de títulos, ausência de lógica na hierarquia do material etc.

As inovações gráficas dos jornais cariocas (principalmente as do *Jornal do Brasil* e as da *Ultima Hora*) impuseram um estilo mais ordenado. Manchetes e títulos foram padronizados, e recursos editoriais e formais, típicos de revistas, foram adotados nos jornais diários, tornando a sua leitura mais agradável. Subtítulos, entretítulos, boxes, textos complementares, movimentavam e embelezavam as páginas. Foi a partir daí que nasceu o conceito de primeira página como vitrine das manchetes, como uma espécie de “cardápio atraente” de tudo o que estava no interior do jornal. Chamadas, pequenos resumos dos principais assuntos do dia podiam agora ser destacados.

Nesse período surge, também, um novo conceito de fotojornalismo, baseado na idéia do instantâneo e do flagrante. As câmeras de formato 135, devido ao seu tamanho, davam ao fotógrafo uma maior agilidade e mobilidade. Os filmes, por sua vez, tornaram-se mais sensíveis, dispensando o uso do *flash*. Tudo isso facilitou o trabalho dos repórteres, que intervinham menos na cena e ficavam menos intrusivos, mais discretos. As fotos posadas são substituídas pelas imagens que privilegiam o momento.

No Rio de Janeiro, em São Paulo e Porto Alegre, os jornalistas adquirem níveis salariais bastante superiores aos das tabelas estabelecidas pelas leis trabalhistas. Se, por um lado, isso refletia a nova conjuntura concorrencial estabelecida pela *Ultima Hora*, já mencionada anteriormente, por outro, era também resultado das campanhas por aumento salarial dos sindicatos e associações de classes.

A criação do ensino superior de jornalismo foi outro passo fundamental no processo de profissionalização da imprensa. Até então, uma elite de profissionais, formada principalmente nas Faculdades de Direito, dominava o mercado. A grande maioria dos repórteres era mal preparada e é comum, nos depoimentos sobre essa época, reclamações a respeito do seu baixo nível intelectual. Muitos não sabiam redigir, apesar de dominarem as técnicas de apuração e investigação.

O curso de jornalismo no Brasil foi criado por Getúlio Vargas, através do Decreto nº 5.480, de 13 de maio de 1943. Mas o primeiro curso – da Fundação Casper Líbero, em São Paulo – só entraria em vigor em 1947, depois que um novo decreto (nº 22.245, de 06 de dezembro de 1946) regularizou suas condições de funcionamento. A Universidade do Brasil (1948), atual UFRJ, e a Pontifícia Universidade Católica – PUC

(1951), foram as duas primeiras universidades, no Rio de Janeiro, a fornecer curso superior de jornalismo. (www.cpdoc.fgv.br/jornalismo)²⁰

A maioria dessas mudanças – redacionais, editoriais, gráficas, empresariais e profissionais – não foi introduzida no jornalismo carioca de maneira gradual e espontânea. Apesar de já virem sendo gestadas há muito tempo, impuseram-se através de um processo consciente de reformulação, levado a cabo de forma pioneira por algumas empresas jornalísticas e por alguns profissionais.

2.4 A IMPRENSA EMPRESARIAL

A reforma do jornalismo brasileiro, iniciada no Rio de Janeiro, está associada a empresas como o *Diário Carioca*, a *Tribuna da Imprensa*, a *Ultima Hora* e o *Jornal do Brasil* e a nomes como Pompeu de Souza, Luís Paulistano, Amílcar de Castro, Jânio de Freitas, Alberto Dines, Samuel Wainer e alguns outros. No entanto, ela não pode ser entendida apenas como obra de alguns visionários que, da noite para o dia, resolveram mudar o jornalismo nacional.

É certo que, depois da Segunda Guerra, o aspecto empresarial começou a prevalecer em relação às determinações políticas no interior das empresas jornalísticas. Apesar de se terem afirmado imperativos de gestão e de administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade.

Com o golpe militar de outubro de 1945, o governo do general Eurico Gaspar Dutra, pilar do Estado Novo, torna-se uma simples continuação da ditadura Vargas. Em 1946, sob o clima de terror policial, foi elaborada uma nova Constituição, que obrigava as empresas jornalísticas a possuir apenas capital nacional, controladas por brasileiros natos, ficando os estrangeiros proibidos de mantê-las. Era uma contradição. Os brasileiros natos não poderiam sobreviver sem as contribuições proporcionadas pela propaganda comercial fornecida pelas grandes empresas estrangeiras. O imperialismo,

²⁰ www.cpdoc.fgv.br/jornalismo/regulamentação - acessado em 12/7/2008.

então, tomava conhecimento da lei quando lhe convinha. Revistas dirigidas e de propriedade de estrangeiros, até mesmo impressas no estrangeiro, começam a circular no Brasil. A revista *Seleções Reader's Digest* anunciava em seu próprio expediente sua condição de publicação norte-americana. Com a revista *Visão*, foi o mesmo caso. Eram americanos que orientavam intelectualmente as publicações, nas quais os brasileiros eram meros tradutores. Não havia como competir com tais publicações, tal a superioridade material com que se apresentavam e a gratuidade de sua distribuição para grupos de empresários.

Nos últimos anos da primeira metade do século XX, surge uma questão que se tornou muito polêmica: a exploração petrolífera. Após a exploração dos poços de Lobato e a descoberta de petróleo no Brasil, há uma invasão estrangeira. A questão da exploração do petróleo teve repercussões extraordinárias na imprensa. Muitos queriam liberar a exploração do petróleo para estrangeiros, e os defensores de uma solução estatal eram considerados comunistas. O patriotismo mobilizado para a defesa da riqueza nacional passa a ser encarado como crime. Em 1953, no Congresso, a Petrobrás é criada. (www.itv.org.br/doc)²¹

As empresas jornalísticas tinham três saídas para conseguir recursos: particulares, cofres públicos e a publicidade. A *Ultima Hora* só existiu graças a grandes empréstimos concedidos pelos estabelecimentos oficiais de crédito. Mas, como já dissemos, não era o único. Pelo contrário, o favorecimento governamental à imprensa era uma norma geral. O maior captador de créditos oficiais, aliás, não era a *Ultima Hora* de Wainer, mas os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. As empresas de Roberto Marinho estavam igualmente entre as mais beneficiadas. De outubro de 1950 a dezembro de 1952, só o jornal *O Globo* levantou em sucessivos empréstimos no Banco do Brasil mais de um milhão de dólares. Em todos, obteve condições de pagamento extremamente vantajosas e deu a sua velha rotativa Goss como garantia. Sodré afirma que “a mesma impressora foi hipotecada, simultaneamente, cinco vezes.” (1966:460-2)²²

²¹ Instituto Teotônio Vilela (www.itv.org.br/doc - acessado em 15/8/2008).

²² Nelson Werneck Sodré. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

Apoiando-se, assim, na rede bancária ampliada e sobretudo nas facilidades de crédito dos órgãos governamentais, os jornais do Rio fizeram grandes investimentos nos anos 50. Os parques gráficos foram renovados e as mais recentes tecnologias foram introduzidas, com a compra de equipamentos e rotativas modernas.

Há, então, um “boom” no mercado editorial e a reportagem escrita expande-se para além dos jornais, com as revistas de consumo, publicadas para *targets* diversos. Tais veículos procuravam aprofundar os fatos mais marcantes semanal ou mensalmente. Nascia assim a “empresa editorial”.

As rádios começam a se fortalecer nesse período. Ao mesmo tempo em que combatia os empréstimos do Banco do Brasil à *Ultima Hora*, a UDN obtinha do governo canais radiofônicos.

Em 1953, quando as emendas nacionalistas da Petrobrás eram votadas, sob regime de urgência, na Câmara, o total da publicidade paga e distribuída nos jornais, no rádio e em outros veículos, foi de uma fortuna incalculável. (1966:459)²³

Atingida seriamente a empresa que editava o vespertino *Ultima Hora* – favorável à solução estatal da exploração petrolífera –, com a prisão preventiva de Samuel Wainer, o imperialismo agora buscava liquidar com o governo de Vargas por ele haver interferido na questão da remessa de lucros de empresas estrangeiras, explanando o escândalo dos super-faturamentos. As ofensivas publicitárias de 1951 e 1952 foram planejadas, segundo Sodré (1966:465)²⁴, e acabaram por atentar contra a livre expressão do pensamento e podem ter sido uma das causas que levou o presidente da República ao suicídio.

A esmagadora maioria das empresas de publicidade era estrangeira e canalizava para os jornais, revistas e emissoras de rádio e de TV enormes quantias, que lhes mantinha e permitia lucros. As empresas estrangeiras, assim, manipulavam a opinião. A imprensa brasileira, por seu número de páginas e pelo espaço que dedicava à publicidade, ficava cada vez mais próxima do modelo norte-americano. A carta de despedida de Vargas representa um alerta sobre a situação do país, cujo destino o imperialismo tentava conduzir.

²³ Nelson Werneck Sodré. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

²⁴ Nelson Werneck Sodré. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

Em 1957, temos notícia da primeira tentativa de levar ao Congresso o problema do controle estrangeiro sobre a imprensa brasileira. Comprovava-se, finalmente, a ligação das agências de publicidade norte-americanas a serviço dos trustes internacionais e o comprometimento da imprensa com a campanha contra a solução estatal adotada em 1953. (2008:126)²⁵

As revistas que mais se destacavam nas bancas de jornais da época eram as de fotonovelas, como a *Grande Hotel* (a maior de todas no gênero), da Editora Vecchi; as infanto-juvenis, como o *Globo Juvenil* e *Gibi*, da Rio Gráfica (editora de Roberto Marinho); *Superman* foi o primeiro super-herói a chegar às bancas, na forma de história em quadrinho, pela Ebal (de Adolfo Aizen), que lançaria logo depois *Batman* e *Zorro*, entre outras histórias; além da conhecida coleção da *Reader's Digest*, revista norte-americana que já se encontrava no mercado brasileiro desde 1942. A mais vendida de todas essas revistas era a publicação nacional *O Cruzeiro* (de Assis Chateaubriand), lançada em 1928, com uma distribuição nacional, antes mesmo que o modelo das semanais ilustradas tivesse sido reinventado pela revista *Life*, em 1936, nos Estados Unidos. A *Manchete* (de Adolfo Bloch) só apareceria no mercado editorial em 1952. Sua proposta era concorrer com a revista *O Cruzeiro* e para tal, seu diretor Henrique Pongetti arregimentou um respeitável corpo de colaboradores como Carlos Drummond de Andrade, Magalhães Júnior, Rubem Braga, Joel Silveira, Manuel Bandeira, Lygia Fagundes Telles, Orígenes Lessa e Otto Maria Carpeaux, dentre outros. *Manchete* chegou nas bancas com 40 páginas destacando-se as fotografias de Jean Manson, que fazia dupla com David Nasser em *O Cruzeiro*. A outra atração da revista era o bom humor de Silveira Sampaio.

A imprensa transforma-se em um negócio de grandes proporções, e o desenvolvimento e encarecimento de suas técnicas demandava grandes investimentos. No essencial, as grandes empresas jornalísticas se auto-censuravam. De um instrumento de esclarecimento, a imprensa empresarial se transforma em um instrumento de alienação, fugindo totalmente dos seus fins originais.

A liberdade de imprensa passa a ser condicionada pelo capital. Cria-se uma dependência em relação às verbas publicitárias, principalmente a partir dos anos 50.

²⁵ Ana Luiza Martins & Tânia Regina de Luca. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

Esse fator determinou que os assuntos de interesse nacionais só podiam ser estudados em revistas especializadas, e as correntes de opiniões divergentes das forças dominantes tiveram sua influência reduzida. Essas correntes só podiam se manifestar através de semanários, pois o jornal diário estava fora do seu alcance.

Dentro desse contexto, os comunistas mantiveram, por alguns anos, a revista *Problemas*. Sucedendo à revista *Literatura*, dirigida por Astrogildo Pereira, que afundou, apareceram outras publicações, como a *Revista Brasiliense*, fundada por Caio Prado Júnior, em São Paulo. A revista *Estudos Sociais*, fundada e dirigida por Astrogildo Pereira, em 1958, circulou trimestralmente até 1964, quando a ditadura militar impediu a sua continuação, tal como aconteceu com a *Revista Brasiliense*.

Costumava-se dizer que a Capital Federal era o lugar indicado para qualquer atividade ligada ao jornalismo, fossem jornais ou revistas. Victor Civita, após visitar os principais editores de revistas, a maioria fixada no Rio de Janeiro, decide fundar a Editora Abril em São Paulo. Lança, em dois anos, duas revistas que se tornariam sucessos imediatos de venda: *Pato Donald*, em 1950 e *Capricho*, em 1952.

Uma agressiva política de lançamentos – *Capricho* para brigar com *Grande Hotel*, *Manequim* para enfrentar *A Cigarra*, e os personagens Disney para ocupar o lugar dos Tom & Jerry da época – fez com que Civita se equiparasse e, em seguida, suplantasse os maiores concorrentes do período: Assis Chateaubriand, dos *Diários Associados*; Roberto Marinho, da *Rio Gráfica*; Adolfo Bloch, da *Bloch Editores*; e Adolfo Aisen, da *Ebal*.

Sob as novas condições do mercado, os ideais da objetividade e da neutralidade suplantaram os da opinião e do julgamento crítico. Ao incorporar as novas técnicas e o ideal da objetividade, recusando vínculos explícitos com a literatura e a política, o campo jornalístico transformou-se numa comunidade discursiva própria e criou as condições sociais da sua eficácia. No contexto dos anos 50, 60, significava conferir ao campo jornalístico um capital simbólico sem precedentes, significava fazer do seu discurso uma “fala autorizada” e transformar a imprensa em um ator social reconhecido.

A orientação do jornalismo brasileiro em direção a um modelo informativo/objetivo, entretanto, não impediu que os jornais continuassem a exercer uma função nitidamente política. As grandes crises do período democrático e o papel da imprensa na sua emergência e desenrolar (desde o dramático suicídio de Vargas até a

posse e deposição de João Goulart) demonstram que, pelo menos até 64, os jornais não cessaram de atuar na cena política. Expressavam posicionamentos e opiniões, e intervinham diretamente na condução dos acontecimentos.

Os interesses políticos, além disso, continuavam a se sobrepor, algumas vezes, aos empresariais na escolha das estratégias das empresas. Este era um período de transição e, como tal, é normal que fosse marcado por ambigüidades e contradições. O processo de modernização apontava para uma autonomização do campo jornalístico, mas a sua autonomia total não era possível. O campo jornalístico – tal como se configurou historicamente no Brasil – jamais conseguiu autonomia total em relação ao campo político.

Isto se explica pela própria estrutura de propriedade dos meios de comunicação no Brasil. Os jornais mais importantes dos anos 50 (sendo o jornal *Ultima Hora* uma das poucas exceções) eram todos propriedade de grupos familiares, que formavam verdadeiras dinastias. Isso fazia com que nas empresas existisse, ao lado de um modelo de gestão e administração mais racional, outro mais personalista. Além disso, devido às características do mercado interno, o apoio de determinados grupos ou do Estado ainda era essencial para garantir a sobrevivência de alguns jornais através de créditos, empréstimos, incentivos fiscais ou mesmo publicidade.

Do ponto de vista dos profissionais, o processo de implantação do jornalismo moderno na década de 50 não se deu de forma homogênea, plástica e harmônica. Foi perpassado por conflitos e disputas. A incorporação do modelo norte-americano de jornalismo encontrou limites na configuração histórico-cultural da sociedade brasileira. O seu ideário e suas regras de conduta, quando importados, precisaram ser totalmente redefinidos.

Por volta de 1955, a alteração das taxas cambiais provocou dificuldades para a importação de papel e a elevação dos preços dos jornais. Como reflexo de tão brusca elevação, inúmeros jornais desapareceram; outros reduziram seus custos, diminuindo seu número de páginas e dispensando colaboradores. Alguns outros continuaram a circular, mas com enormes dificuldades. A pequena imprensa foi a mais afetada, entregando-se integralmente ao controle das agências estrangeiras de publicidade. Inúmeras empresas jornalísticas ficaram em situação de iminente paralisação, causando prejuízos econômicos e culturais. A desvalorização vertiginosa do cruzeiro a abolição

dos incentivos para a importação de papel, os aumentos sucessivos do salário mínimo, cada um desses fatores determinou a elevação dos custos de toda a cadeia produtiva da imprensa numa proporção geométrica.

Para diminuir a crise na imprensa, alguns projetos foram apresentados ao Congresso Nacional em 1963. Defendiam a idéia de que não haveria democracia representativa sem liberdade de imprensa, e que não haveria liberdade de imprensa se as empresas jornalísticas não tivessem estabilidade econômica. Esses projetos não foram aprovados. Já em 1961, o presidente Jânio Quadros opinara negativamente a respeito da volumosa edição de domingo do *Estado de São Paulo*. Na opinião de Jânio, era um absurdo o Estado subsidiar esse verdadeiro catálogo de publicidade que aferia lucros enormes aos controladores dos jornais. (www.cpdoc.fv.br/jânio_br)²⁶

Com a crise, muitos jornalistas foram demitidos e alguns jornais não pagavam o salário da maioria de seus empregados da redação e revisão. Havia intransigência patronal e omissão total do Ministério do Trabalho. Começam as reivindicações e os proprietários de jornais recusam-se a qualquer acordo.

Enquanto isso, aumentavam os preços das tabelas de anúncios, o que contradizia as dificuldades financeiras com que eles argumentavam ter. Também ficaram comuns as matérias pagas com objetivos políticos. Ainda assim, os donos de jornais pressionavam o governo para financiamentos destinados à importação de papel. As grandes empresas jornalísticas conseguiam, desta forma, um patrimônio gigantesco. Dinheiro de procedência estrangeira era distribuído generosamente ao se aproximarem as eleições, alugavam os jornais, financiando a indústria anticomunista no Brasil. (1980:19)²⁷

O jornal *O Globo*, neste período, fazia campanhas antinacionalistas, contra os sindicatos operários, as ligas camponesas, contra a UNE, todas financiadas pelos norte-americanos. Era a alienação da consciência nacional pela propaganda dirigida, a corrupção da imprensa, do rádio e da televisão. Estava em curso a intervenção na política interna do Brasil, pela corrupção e pelo controle do processo eleitoral, que culminaria com o golpe militar para a conquista do poder. (1980:22)²⁸

²⁶ www.cpdoc.fv.br/jornalismo/jânio_br - acessado em 14/7/2008.

²⁷ Paolo Marconi. **A censura política na imprensa brasileira**. São Paulo: Editora Global, 1980.

²⁸ Paolo Marconi. **A censura política na imprensa brasileira**. São Paulo: Editora Global, 1980.

2.5. OS ANOS DE CHUMBO

A trajetória da democracia brasileira foi marcada e temporariamente interrompida pelos dramáticos “anos de chumbo”, iniciados com o golpe militar de 1964²⁹. Sob a justificativa de uma suposta “ameaça comunista”, inserida no contexto de bipolarização ideológica mundial entre capitalismo e socialismo, o país foi submetido a mais longa e violenta ditadura da sua história.

A sociedade brasileira passa a sofrer as conseqüências de um regime arbitrário, autoritário e repressivo. A liberdade de expressão é intensamente combatida pelo governo, os direitos individuais são suprimidos sob o respaldo da Lei de Segurança Nacional. O cidadão brasileiro, por sua vez, fica à mercê dos mandos e desmandos do Regime Militar.

Foram utilizados instrumentos de repressão contra os considerados inimigos do Regime. A imprensa, um dos alvos do governo, sofre os cortes da censura e é obrigada a restringir o acesso à informação da população aos acontecimentos da época. Desenrolou-se uma perseguição intensa a políticos de esquerda, estudantes, artistas e intelectuais. Os direitos humanos são desrespeitados, com a cassação de vários mandatos e a adoção de medidas governamentais que comprometiam o futuro político, econômico e social do Brasil.

O governo detinha o controle dos meios de comunicação e só permitia a veiculação do que considerava conveniente ao regime. Fatos eram omitidos, distorcidos ou recriados. Enquanto a linha dura divulgava a ilusão do “milagre econômico”, a imprensa e a classe artística precisavam fazer uso da criatividade para encontrar subterfúgios que pudessem driblar a censura e alertar a população. Por várias vezes a *Folha de S. Paulo* se viu obrigada a publicar receitas culinárias, incompletas ou impossíveis, na capa do jornal, no lugar de matérias censuradas.

A *Ultima Hora* foi invadida e depredada, os jornais nacionalistas ou esquerdistas foram fechados, instaurou-se a censura no rádio e na TV, muitos jornalistas foram presos, torturados e exilados – alguns tiveram seus direitos políticos cassados.

²⁹ O Regime Militar de 1964 foi um governo iniciado em abril de 1964, no Brasil, após um golpe articulado pelas Forças Armadas, em 31 de março do mesmo ano, contra o governo do presidente João Goulart. Seu slogan era "Brasil, ame-o ou deixe-o". O Golpe de 1964 submeteu o Brasil a uma ditadura militar que durou até 1985, quando, indiretamente, foi eleito o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964, Tancredo Neves. (www.wikipedia.org.br – acessado em 17/10/2008)

O Golpe Militar ocorreu em abril de 1964. As Forças Armadas – com amplo apoio de setores da Igreja, da elite e da classe média, todos temerosos da “ameaça comunista” –, passaram a exercer plenamente os poderes de governo. O autoritarismo militar, fundado em Atos Institucionais, gradativamente endurecia o regime. Aos poucos, as forças armadas começam a exercer o controle indiscriminado dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Holanda & Gonçalves (1991:20)³⁰ defendem que o golpe de 64 trouxe consigo a “reordenação dos laços de dependência”, e a regulação autoritária entre classes e grupos, colocando em vantagem os setores associados ao capital monopolista ou a eles vinculados.

Nesse momento de emergência, o *Correio da Manhã*, entre 1964 e 1965, tornou-se o baluarte das liberdades individuais, no protesto e na denúncia das torturas, das arbitrariedades que passaram a constituir o cotidiano da vida brasileira. Em represália, as agências estrangeiras cortaram-lhe a publicidade. É assim que o *Correio da Manhã*, jornal prestigiado entre os leitores, com edições sempre esgotadas, começa a debilitar-se financeiramente. É obrigado a aceitar a intervenção das agências estrangeiras comprometendo-se a não mais atacar os interesses norte-americanos. O jornal podia atacar a ditadura, mas devia limitar-se a este tema. Muitos redatores e colaboradores foram convidados ou induzidos a se retirar da empresa. Alguns deles foram Carlos Heitor Cony e Otto Maria Carpeaux. Este último, que fazia crônica internacional, teve sua seção suprimida e foi proibido de assinar qualquer matéria no jornal.

Poucos foram os meios impressos que não encerraram suas atividades durante esta fase. Entre eles podemos citar a *Revista Civilização Brasileira* (bimestral), dirigida por Ênio Silveira, em circulação desde março de 1965; e os semanários *Brasil Semanal*, publicados em São Paulo, dirigidos por Euzébio Rocha; e *Folha da Semana*, do Rio de Janeiro, dirigida por Artur José Poener. Mesmo esses sobreviventes foram proibidos de circular em alguns estados brasileiros, como o Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Enquanto isso ocorria, multiplicavam-se, no Brasil, revistas estrangeiras. *Seleções* e *Visão* já estavam com o seu lugar garantido. O imperialismo procurava dominar o mercado da opinião. Sua imprensa começa a difundir, principalmente, a idéia de que a solução de vários problemas brasileiros estava nos Estados Unidos. De

³⁰ Heloisa Buarque de Holanda & Marcos Gonçalves. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

fevereiro a novembro de 1965, o Grupo Roberto Marinho recebeu do Grupo *Time-Life* significativa quantia em dólares para o fortalecimento de sua rede de TV.

Durante os primeiros anos do regime militar, ainda permaneceu o clima de liberdade. A imprensa era relativamente autônoma e os tribunais continuavam em funcionamento. No entanto, logo ganhou espaço, no governo, a linha dura dos militares.

A partir de 1968, com o decreto do Ato Institucional nº 5, o famoso AI-5, o Brasil enfrentou os extremos da repressão. O governo apoiava-se na doutrina da “segurança nacional”, segundo a qual os militares deveriam defender a nação das ameaças internas. As Forças Armadas e policiais se consideravam no direito de estabelecer uma verdadeira guerra contra os opositores do regime.

Somente com o fim do mandato presidencial do general Médici, em 1974, tem início o processo de abertura do regime. O governo do presidente Geisel começa a realizar a “abertura política”, de forma “lenta, gradual e segura”, como seu principal projeto.

O objetivo do golpe militar era o de atingir a democracia, colocando a sociedade, como um todo, cada vez mais distante do governo. “Instalou-se no poder uma máquina oficial de matar, prender, torturar, fazer desaparecer dissidentes de qualquer origem política (ou mesmo até sem filiação política)”. (1991:25)³¹

2.5.1. A CENSURA

O AI-5 foi um marco decisivo do Regime Militar. A imprensa, que até então gozava de relativa autonomia, surpreendeu-se com os rígidos mecanismos de repressão do governo. Paolo Marconi, ao se referir à expansão da linha dura, defende que “o motivo para tanta violência era um só: o regime militar não queria que a imprensa falasse sobre a política interna.”(1980:38)³² O autor ainda acusa a censura de haver mantido manobras escusas, cômodas e ilegítimas, perante a sociedade.

O país mergulhava numa época de intensas reivindicações populares o que desencadeou imediatamente a repressão contra estudantes, artistas, operários, intelectuais, religiosos e jornalistas. Os jornalistas Antonio Callado e Léo Guanabara, por exemplo, perderam seus direitos políticos por 10 anos e ficaram proibidos de

³¹ Clovis Rossi. **A contra revolução na América Latina**. São Paulo: Editora Atual, 1991.

³² Paolo Marconi. **A censura política na imprensa brasileira**. São Paulo: Editora Global, 1980.

exercer atividades jornalísticas. Thomas Skidmore relata em sua obra *Brasil: de Castelo a Tancredo*, que: (1989:355)³³

A prisão e tortura de jornalistas às pressões sob os proprietários dos jornais, juntamente com a censura direta, haviam reduzido quase toda a mídia, exceto uns poucos semanários de pequena circulação, à condição de líderes de torcida do governo ou, no mínimo, de simples caixas de ressonância das informações geradas no palácio presidencial.

Durante o período que compreende 1969 a 1978 (quando foi extinta a censura prévia aos meios de comunicação), a imprensa foi intensamente policiada. Ao longo desses nove anos, a censura policial se manifestou de duas formas: por meio de bilhetinhos e telefonemas eram determinados quais assuntos não deveriam ser abordados pela imprensa; ou pela censura prévia, executada por meio dos censores (policiais que permaneciam pelas redações revisando todo o material redigido que poderia estar para ser divulgado). Jorge Fernando nos relata que: (1987:85)³⁴

O Ato Institucional nº 5, promulgado no dia 13 de dezembro de 1968 (de autoria de Gama e Silva, ministro da Justiça), foi um forte golpe contra a liberdade da palavra. Documento característico do arbítrio, classificado como *antilei* pelo jornalista Pedro Dantas, além de restabelecer as cassações de direitos políticos e de mandatos legislativos, outorgou ao presidente da República a iniciativa de impor a censura prévia à imprensa.

Promulgada pelo Congresso Nacional, em 9 de fevereiro de 1967, e sancionada pelo presidente Castelo Branco, a Lei de Imprensa foi empregada como instrumento de arbítrio, de tortura e de perseguições políticas. Os crimes enquadrados nessa lei eram considerados “crimes contra a pátria”, representavam “abusos” na liberdade de informar e de expressar o pensamento. No entanto, a maioria dos “crimes de imprensa” foi processada e julgada pela Lei de Segurança Nacional, de 29 de setembro de 1969, ou pelo Código Penal Militar. Assim foi que o controle político ideológico se manteve amplamente exercido pelos organismos de repressão militar.

As atitudes autoritárias do governo surpreenderam até mesmo quem compreendia o que estava acontecendo com o país. Pery Cotta relembra o episódio em que o renomado jornal *Correio da Manhã* teve a sua redação invadida por membros

³³ Thomas Skidmore. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

³⁴ Jorge Fernando. **Cale a boca, jornalista!** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

armados do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, e preso o diretor do jornal, Osvaldo Peralva:

A primeira reação, em cada grupo de quatro mesas em que se juntavam os jornalistas, redatores e editores, foi quase de apatia. [...] Uns olhavam para os outros interrogativos e pouco crédulos da gravidade da informação. Acostumados a fatos bons ou ruins, os calejados jornalistas já sabiam, é verdade, que as coisas iriam piorar daquele dia em diante e que o regime endureceria, após a divulgação do Quinto Ato Institucional do período autoritário. Esperava-se algum tipo de censura à imprensa e tinha-se certeza absoluta do temporário trancamento do Congresso [...]. Mas, invadir jornais e tomá-los pela força não passava pela cabeça de ninguém. (1997:18)³⁵

Atitude comum durante o Regime Militar, o governo solicitava aos meios de comunicação a divulgação de matérias de seu exclusivo interesse. As notas oficiais chegavam às redações acompanhadas de uma circular da Polícia Federal na qual se “solicitava” providências no sentido de “determinar a mais ampla divulgação no órgão sob sua esclarecida direção, da nota em anexo por cópia xerográfica.” (MARCONI, 1980:52)³⁶

A censura política aos meios de comunicação foi se consolidando e, aos poucos, passou a refletir uma certa impunidade. Segundo Marconi, inicialmente as proibições chegavam às redações identificando, muitas vezes, a autoridade de quem partia a ordem para censurar determinada notícia. Com o tempo, a censura se fortalece e torna-se arrogante. “As proibições passaram a adotar outra forma, onde a autoridade que determinava o veto não assumia a sua ordem.” Os censores começam a utilizar termos como: “Por ordem superior”, “Por determinação superior”, “Fica proibido”. “Se no princípio um agente federal levava os bilhetinhos pessoalmente, depois, um simples telefonema avisando que o assunto estava proibido, era o bastante para manter amordaçada a quase totalidade da imprensa brasileira”. (1980:49)³⁷

Essa forma velada da censura foi um dos meios utilizados pelo governo para colocar as autoridades militares em verdadeiras redomas de vidro, conforme defende Marconi. Ao omitir a identificação dos censores, assim como a dos torturadores, o governo os preservava de críticas e possíveis denúncias. O governo, segundo o autor,

³⁵ Pery Cotta. **Calandra: O sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Brasil: Editora Bertrand, 1997.

³⁶ Paolo Marconi. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Editora Global, 1980.

³⁷ Paolo Marconi. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Editora Global, 1980.

não media esforços para calar a voz de todos os dissidentes políticos inconformados com a pretensão do governo de implantar um mundo completamente imaginário em pleno século XX. (1980:51)³⁸

2.5.2. O “MILAGRE ECONÔMICO” E A IMPRENSA

No início da década de 70, podemos observar um recrudescimento nas atividades da censura de livros, jornais, espetáculos e música. Na imprensa, o jornal *Opinião*, a revista *Veja*, os jornais *O Estado de São Paulo* e a *Tribuna da Imprensa* ainda permaneciam sob censura prévia.

No mercado editorial, o “boom” da década de 50 continuava. A Editora Abril, depois do lançamento do *Pato Donald*, publicou *Mickey*, *Zé Carioca*, *Tio Patinhas* e uma quantidade de edições especiais dessas revistas, principalmente almanaques. Victor Civita aumentou o formato da *Capricho* e passou a publicar fotonovelas inteiras. O sucesso da *Capricho* abriu caminho para mais três revistas de fotonovelas: *Ilusão*, *Noturno* e *Contigo*.

O resultado financeiro das revistas infantis e das fotonovelas deu ímpeto para a Editora Abril começar a investir em segmentos ainda pouco explorados, que Victor Civita havia notado ao estudar o mercado brasileiro. Faltavam revistas femininas e uma revista de automobilismo e turismo. Nesse momento começa uma nova era do mercado editorial brasileiro.

A conquista do mercado brasileiro se daria, portanto, por revistas com periodicidade mensal, que abririam caminho para a venda de anúncios, muito difíceis de se conseguir nas revistas infantis e nas fotonovelas. *Manequim* foi a primeira grande revista mensal no Brasil. Lançada em 1959, ela era inspirada na revista alemã *Burda*. *Quatro Rodas* veio em 1960. Num país com uma tímida indústria automobilística nem estradas que levassem aos pontos turísticos mais desejados, Victor Civita se antecipou.

Quatro Rodas foi a primeira revista brasileira a realizar testes de desempenho com carros nacionais e trazia no seu interior mapas destacando as principais estradas brasileiras. Como publicava mapas turísticos e serviços relativos às cidades que

³⁸ Paolo Marconi. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Editora Global, 1980.

apareciam nos roteiros, não demorou muito para que aparecesse em 1966 o *Guia Quatro Rodas Brasil*.

Apesar do jornalismo de serviço ter sido visto no início da década de 60 como um jornalismo de segunda categoria, a Editora Abril continuava insistindo nesse filão. Em 1961, Victor lança a revista *Cláudia*. A única concorrente no mercado era a *Jóia*, lançada em 1957 pela Bloch Editores. Posteriormente, Bloch reformulou *Jóia*, transformando-a em *Desfile*, em 1969, com um formato editorial mais parecido ao de *Cláudia*, mas nunca chegou a ameaçar sua liderança.

A revista *Realidade* foi lançada em 1966. Concebida como uma revista semanal, com encarte simultâneo no *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* aos domingos, quando o Grupo Folha desistiu do projeto, ela acabou nascendo independente.

As grandes reportagens de textos com fotos estavam restritas às semanais ilustradas *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos & Fotos*. Desafiando esse paradigma, *Realidade* seria mensal. A variedade de estilos e a qualidade de seus colaboradores encantou os leitores da época. Também *O Cruzeiro* e *Manchete* haviam reunido equipes com nomes importantes do jornalismo, da literatura, das artes gráficas e da fotografia, mas a idéia era ousada para uma revista mensal, com planos de atingir grandes números de venda. Nos seus melhores momentos, *Realidade* chegou a vender 500 mil exemplares, numero até então nunca atingido por outra revista mensal.

Realidade durou dez anos. Desapareceu quando os jornais se modernizaram, a televisão ocupou um espaço cada vez maior na vida da população e as revistas semanais de informação apareceram para tomar-lhe a exclusividade da pauta. Mesmo assim, *Realidade* continua sendo uma obra jornalística que é referência de qualidade nos cursos de comunicação.

Mas foi de um dos maiores fracassos de vendas que a Editora Abril teve, em toda a sua história, que nasceu a maior revista brasileira, quarta do mundo na sua categoria: *Veja*. Lançada em 1968, talvez com a mais cara campanha de propaganda jamais feita para uma revista no Brasil, *Veja* esgotou 700 mil exemplares na primeira edição. E foi caindo, caindo, até chegar abaixo de 100 mil.

Esse fracasso inicial pode ser explicado pela quebra de alguns paradigmas. *Veja* era uma revista cheia de texto, que inaugurava no Brasil o gênero das *newsweekies*,

revistas semanais de informação, no mesmo gênero das norte-americanas *Time* e *Newsweek*. Não tinha o formato grande da *Manchete*, nem tantas páginas coloridas. Para um público que não conhecia o gênero, a revista era muito compacta, com muito texto para ler, e a novidade não foi muito bem entendida.

Tudo foi feito na expectativa de um grande sucesso e tudo resultou em um enorme fracasso. *Veja* levou seis anos para sair do vermelho. Foi a persistência de Roberto Civita que manteve a revista viva. A cada três meses ele era chamado pelo pai, Victor Civita, que lhe perguntava a data prevista para fechar a revista. Roberto pedia-lhe mais três meses.

Aos poucos, *Veja* se tornava cada vez mais importante. Em 1969, com uma capa sobre tortura, a revista foi apreendida. Como aconteceu com toda a grande imprensa, muitas edições saíram mutiladas pelos cortes dos censores.

Quando veio a abertura política, a postura combativa voltou com toda a força no país, e passou a dar exemplo de jornalismo investigativo. A essa altura, *Veja* não era a mais a única semanal de informação brasileira. A revista *Isto É*, lançada pela Editora Três, de Domingo Alzugaray, também publicava matérias de impacto de jornalismo investigativo.

A era da revista de consumo teve início exatamente na década de 60, justamente quando não só no Brasil, mas no mundo, vivia-se um momento de turbulências e de mudanças de valores na sociedade. Ao mesmo tempo em que esses tipos de revista explodem no mercado, os jornais alternativos se opõem ou se desviam das tendências hegemônicas da imprensa convencional brasileira. Abria-se espaço, perante a sociedade brasileira, para que uma massa crescente de jornalistas, antes privada de escrever o que queria, pudesse expressar sua opinião.

O jornal de maior sucesso de público na história da imprensa brasileira foi *Ultima Hora*. Criado por Samuel Wainer (1951), no segundo governo de Vargas, com o apoio deste para se contrapor ao coro unânime da imprensa conservadora e golpista que queria a deposição do presidente Getúlio.

Pouco antes do golpe de 1964, era publicado um alternativo notável, o *Brasil Urgente*, editado no ABC Paulista por Frei Josaphá Marinho, que dias antes do 1º de abril fatídico, foi retirado do país pela cúpula da Igreja.

2.5.3 Os Alternativos

Os jornais alternativos são um exemplo característico da vida cultural brasileira daquele tempo, por sua descontinuidade. Os jornais e revistas alternativos apareciam, duravam relativamente pouco tempo, mas sempre reapareciam, às vezes quando menos se esperava.

Se a presença dos jornais alternativos da vida brasileira data de longe, foi com as seqüelas do golpe de 64 que eles ganharam um fôlego surpreendente, multiplicando-se por todo o país. O semanário *O Pasquim*, durante a ditadura militar, foi um verdadeiro baluarte de oposição ao regime e abrigou, em suas páginas os mais importantes intelectuais e artistas brasileiros – Antonio Carlos Jobim, Glauber Rocha, Millôr Fernandes, Jaguar, Antonio Callado, Rui Castro, Tarso de Castro, Sergio Cabral, Fortuna, Ivan Lessa, Paulo Francis, Sergio Augusto, Chico Buarque, Caetano Veloso, Ferreira Gullar, entre outros. Ou seja, tinha o que de mais expressivo havia no que se produzia artística e intelectualmente, pelo menos em termos de manifestação jornalística, nesses tempos de censura e trevas.

Outro viés dessa oposição, mais analítica que satírica, como era o caso de *O Pasquim*, foram os semanários *Opinião* e *Movimento*, que instauraram vários matizes sócio-político-culturais para a compreensão da, então, realidade brasileira.

De todos, o mais complexo foi *Movimento*, jornal em que a distância entre intenção e ação era a maior de todas. Fruto da experiência realizada no jornal *Opinião*, por muitos considerado intelectualizado demais, *Movimento* propunha-se à realização de uma estética mais popular. Com textos curtos e mais leves, portador de uma energia mais dinâmica e ágil do que a do seu antecessor, era editado com as sobras que a fúria dos censores permitia. Esta forma de se trabalhar as notícias acabou virando uma opção estética.

O jornal *Em Tempo* foi o que nunca padeceu de uma censura prévia. Nascido quando o governo Geisel já caminhava para o seu fim, tornou-se protagonista de um novo tempo na vida brasileira, aquele em que a “lenta, segura e gradual” abertura abria caminho para o contraditório governo de Figueiredo.

A redemocratização do país, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988, marcou o fim desse tipo de imprensa alternativa, que já não mais se fazia necessária.

2.6. A IMPRENSA DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Para Alzira Alves de Abreu, a repressão e a censura da ditadura estimularam a escolha da profissão de jornalista por parte de jovens engajados politicamente. Desta forma, o jornalismo acabava sendo, não só uma profissão, mas um canal de ação política. Dentro das redações, boa parte desses jovens engajados optou por trabalhar nas editorias de jornalismo econômico, surgidas durante o regime militar. Para a autora, a atuação desses novos profissionais modificou o jornalismo econômico ao longo do período militar. Mais importante do que isso é notar que “o jornalismo, tal como é hoje praticado, nasceu nos anos 70”. (2002:16)³⁹

Nas redações dos jornais, cabia aos jornalistas da área econômica explicar ao público leitor como agir com relação às novas opções do mercado financeiro e como se adaptar as novas regras que cada plano econômico introduzia. As redações dos jornais tiveram que se organizar para responder aos questionamentos, às dúvidas de seus leitores, e para traduzir uma linguagem muitas vezes hermética para o leitor não especializado, mas que era afetado no seu dia a dia por essas decisões.

No plano político, alguns donos de jornal haviam contribuído para o golpe de 64 e, após sua consumação, apoiaram-no. A partir de 1968, com o AI-5, os temas políticos passam a ser cuidadosamente censurados. A ditadura militar censurava o jornalismo e fornecia aportes financeiros através de financiamento e publicidade, o que configurava outro mecanismo de controle. O jornalismo econômico foi utilizado como instrumento de divulgação da política econômica do regime militar, pois era importante para o regime que a imprensa divulgasse as conquistas e avanços econômicos, já que a economia se tornara a moeda de legitimação política para os militares.

A década de 70 havia sido economicamente favorável também para alguns órgãos jornalísticos como a revista *Veja*, que completou em 1978 sua primeira década

³⁹ Alzira Alves de Abreu. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

com sua infra-estrutura implantada e vendendo 260 mil exemplares. Tinha sucursais e correspondentes exclusivos no exterior e contava com mais de 100 jornalistas.

Nos anos 80, o computador chega às redações e provoca uma mudança radical na rotina jornalística. Em outubro de 1981, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo organiza um seminário para discutir o impacto da nova tecnologia na imprensa e na sociedade. De um lado estavam os que acreditavam que o jornal impresso desapareceria em, no máximo, duas décadas, de outro, os que temiam a ameaça de seus empregos. Havia ainda os céticos.

O temor brasileiro era de que a máquina poderia aumentar o controle do Estado sobre o cidadão, pois, mesmo com o processo de “abertura” do presidente Geisel, o país ainda continuava sob o regime ditatorial. A Secretaria Especial de Informática – SEI, criada em outubro de 1979, vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, criava as políticas de informática. Além disso, vigorava a reserva de mercado que limitou a aquisição de máquinas e o avanço tecnológico brasileiro até o governo Collor de Mello, quando foi extinta.

O rico e relativamente curto período que vai de 1979 a 1985 inclui numerosos acontecimentos relevantes para o país. Entre eles, a concretização da abertura política, a campanha pelas eleições diretas para presidente, a derrota da emenda pelas Diretas-Já no Colégio Eleitoral, a eleição de Tancredo Neves, a doença do presidente eleito, a posse do vice-presidente José Sarney, a morte de Tancredo e a efetivação do vice no cargo de presidente da República.

A partir dos últimos anos da década de 70, o Brasil viveu um processo que ficou conhecido como “abertura”. Diferentes projetos de abertura política buscavam hegemonia na sociedade. Estudantes, sindicalistas, entidades de classe e outros grupos organizados criavam novos espaços de participação. (REIS FILHO, 2002:38)⁴⁰

Além das organizações políticas e das diversas formas de resistência, destacaram-se como espaços de convergência da sociedade organizada o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a Igreja Católica, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

⁴⁰ Daniel Aarão Reis Filho. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

No plano político, o ano de 1980 foi marcado pelo fim do bipartidarismo do período militar (composto pelo MDB e pela Aliança Renovadora Nacional – Arena) e a fundação de diversos partidos, como o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido Democrático Trabalhista – PDT. Oriundos do PMDB e da Arena, foram fundados vários partidos.

A fundação do PT, por exemplo, trouxe diversas novidades para a política, sendo a principal delas a introdução do trabalhador como elemento ativo no processo político nacional.

Esse período foi marcado, segundo José Murilo de Carvalho, pelo aumento da mobilização popular: “o auge [...] foi a campanha pelas eleições diretas para a presidência, em 1984”. (2002:187)⁴¹ Para José Murilo, “a campanha pelas diretas foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do país, se medida pelo número de pessoas que nas capitais e nas maiores cidades saíram às ruas”. (2002:188)⁴² A campanha pelas Diretas-Já mobilizou boa parte do país entre o fim de 1983 e o início de 1984. Já em 1986, a revista *Veja* destacava a importância do período: “Com as grandes manifestações da campanha pelas diretas-já e o lançamento da candidatura de Tancredo Neves à presidência da República, o ano de 1984 e o início de 1985 estão destinados a se tornar objetos de estudo privilegiado pelos historiadores.” (*Veja* nº 915, p. 132)⁴³

A campanha teve participação e cobertura ambíguas por parte da imprensa. Alguns órgãos, como o jornal *Folha de São Paulo*, desempenharam papel importante na divulgação do movimento. Outros contribuíram deliberadamente para esvaziá-lo, como foi o caso da *Rede Globo de Televisão* (que, posteriormente, acabaria aderindo à campanha) que noticiou como mera comemoração do aniversário da cidade de São Paulo o comício que lançou a campanha das Diretas-Já, realizado na cidade em 25 de janeiro de 1984, com a presença de 300 mil pessoas.

Em maio de 1984, Otávio Frias Filho implanta, na *Folha de São Paulo*, o “Projeto Folha” que buscava incorporar métodos de organização de trabalho similares aos das grandes indústrias e restringia a opinião aos editoriais e colunas assinadas. Em julho de 1984, com a redação submetida a avaliações mensais por parte da direção, 10%

⁴¹ José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

⁴² José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

⁴³ Revista *Veja*. Edição nº 915, de 2/4/1986, p.132.

dos jornalistas da *Folha* foram demitidos. Outros mais foram demitidos ou pediram demissão, de 1984 a 1987. Em média, a cada dois dias, saía da empresa um jornalista. Antes desse projeto, o clima do jornal *Folha de São Paulo* era de entusiasmo. Todos podiam escrever seus artigos, mesmo com diferentes pontos de vista e os jornalistas políticos começavam a tirar o foco das notícias dos quartéis.

Voltando a 1988, junto com a Constituinte, surge no cenário político Fernando Collor de Mello, que acabou eleito presidente da República, depois de angariar o apoio da maioria dos meios de comunicação. O governo Collor, que pretendia “moralizar a administração pública”, foi dos que provocou mais escândalos exatamente por conta da corrupção e desvio de verbas públicas. Paulo César Farias, o PC, tesoureiro da campanha Collor de Mello, envolveu-se em toda sorte de falcatruas e despertou a atenção dos jornalistas. Os repórteres começaram a esmiuçar acontecimentos, principalmente depois de vir a público o pedido de demissão de Luís Octávio da Motta Veiga, que deixara a presidência da Petrobras denunciando ingerência de PC Farias na empresa. E uma onda de notícias sobre desvios de verbas pelo presidente e seus companheiros começava a vir à tona. A revista *Veja* passa a exibir, sempre em matéria de capa, os escândalos.

O irmão de Fernando Collor, Pedro Collor, dirigia as organizações Arnon de Mello, em Maceió, dona do jornal *Gazeta de Alagoas*, da *Gazeta FM* e da *TV Gazeta*, que retransmitia a *Rede Globo* na região. PC Farias, por sua vez, resolve concorrer com Pedro e abre o jornal *Tribuna de Alagoas*. Essa disputa empresarial acabou por desmascarar o esquema de corrupção em Brasília.⁴⁴

A revista *Veja* deu, então, um furo de reportagem e abriu espaço para Pedro Collor se manifestar. A manchete da capa era: “Pedro Collor conta tudo”. Incomodada com o furo de reportagem da *Veja*, a revista *Isto É* começa a pesquisar em Brasília,

⁴⁴ O ápice desse processo de corrosão se deu em maio de 1992 - pouco mais de dois anos após a posse -, quando o próprio irmão do presidente, Pedro Collor, deu entrevista à revista *Veja* acusando PC de comandar um esquema de grande corrupção, com a conivência do primeiro mandatário da República. Seguiu-se então um processo de investigação em que o Congresso, de um lado, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a chamada CPI do PC, e de outro, de modo tão ou mais decisivo, a mídia, mobilizaram a opinião pública nacional em prol da apuração completa dos fatos e responsabilidades. Comprovado o esquema de corrupção e o envolvimento do presidente, a CPI apresentou seu relatório ao país e entidades da sociedade civil - lideradas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) - deram entrada no pedido de impeachment do presidente, o que levou a Câmara dos Deputados a afastar Collor do poder, em 29 de setembro. (www.cpdoc.fgv.br - acessado em 17/10/2008).

provas materiais que pudessem ligar Collor ao esquema de corrupção de PC Farias. Em junho de 1999, a ligação de PC Farias com o presidente fica comprovada.

3. A IMPRENSA DO SÉCULO XXI

Na virada do século XXI, surge uma nova imprensa, fruto do progresso tecnológico e da necessidade da informação “navegar” numa velocidade cada vez mais rápida.

Segundo Martins & Luca, foi assim que o vanguardismo das revistas se consolidou. “Aos sábados, os motoristas dos grandes jornais ficavam na porta da gráfica das editoras Abril e Três, que publicam *Veja* e *Isto É*, respectivamente, esperando pela liberação dos primeiros exemplares.” (2008:263)⁴⁵ As revistas passavam, então, às mãos dos jornalistas de plantão. A partir daí, invertem-se os papéis, e, os jornais, que antes eram os responsáveis pelos “furos” de reportagem, ficam em desvantagem.

As principais revistas estavam mais organizadas, com uma boa equipe para apurar notícias. Os jornalistas passavam dias, semanas, apurando dados de um determinado assunto. Nos jornais, a necessidade de reportagens diárias limitava as possibilidades dos jornalistas. Hoje em dia, as revistas se aproximaram mais dos jornais na prática de garimpo de notícias. Com as redações menos populosas, a necessidade de se ganhar tempo e reduzir custos com deslocamentos, a maioria das reportagens deixou de ser pessoal, e o contato entre o repórter e o agente da notícia rareou. Em contrapartida à agilidade dos jornais, as revistas passaram a investir mais em matérias analíticas e em grandes reportagens, seguindo uma tendência mundial.

⁴⁵ Ana Luiza Martins & Tânia Regina de Luca. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

Aos poucos, todas as redações se informatizaram. Dos grandes jornais, o último a adotar o sistema computadorizado foi *O Estado de São Paulo*, mas, no primeiro semestre de 1991, sua redação abandonou completamente as máquinas de escrever.

Com o advento do computador, as matérias produzidas pelos repórteres, preparadas por redatores e editores, eram copiadas por digitadores em máquinas que emitiam uma fita perfurada e liberavam uma cópia em papel fotográfico. Uma cópia do texto era reproduzida para os revisores e, só depois de corrigidos os erros, os textos eram liberados para impressão.

O primeiro jornal a eliminar a fita perfurada foi a *Folha de São Paulo*, quando seus computadores chegaram, em dezembro de 1982. Os revisores, então, perderam sua função, pois os editores e redatores começaram a dominar a técnica e a trabalhar de forma mais independente. No início, os repórteres da *Folha* continuavam a escrever à máquina, pois estava restrita a compra de computadores em larga escala. Mesmo assim, a feição da redação mudou radicalmente. A melhoria das condições de trabalho era inquestionável.

Pouco antes, o *Jornal do Brasil* passara pelo mesmo processo. Se o *Jornal do Brasil* não foi pioneiro no uso dos computadores, em 1995 foi o primeiro jornal brasileiro a disponibilizar sua versão diária na Internet.

Na década de 1990, quando a era da informática já estava amadurecendo pelo mundo inteiro, grandes jornais brasileiros, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, investiram dinheiro com as novidades tecnológicas. Contraíram dívidas, para projetos que acabaram por não ter a rentabilidade esperada. Foram e estão sendo obrigados a mudanças de paradigmas, para conseguirem evoluir em mundo que se transforma a cada minuto, rapidamente.

A partir do ano 2000, houve uma queda na circulação dos jornais diários, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Esta queda e a diminuição dos leitores coincidem com o advento da Internet e das TVs por assinatura, entre outros produtos de informação que passaram a ser oferecidos no mercado. Em 1999, no ano da desvalorização do real, as dívidas contraídas no exterior deixaram os jornais com sérias dificuldades financeiras. Isso fez com que os proprietários dos jornais procurassem auxílio administrativo que lhes restaurasse o equilíbrio econômico.

Assim foi que as gestões dos jornais precisaram mudar, de grupos familiares para grupos realmente empresariais, pois sem uma política de investimentos profissional, não teriam como se manter no mercado. A economia das empresas jornalísticas é formada por valores como credibilidade, prestígio, projeção e influência. Não há, na cultura dessas empresas – no mundo todo –, o hábito de criar ferramentas que traduzam esses valores intangíveis para a linguagem contábil, como rentabilidade e ativos.

Para a imprensa, o governo de Fernando Henrique Cardoso foi considerado como um dos mais “sem sal”, pela pouca ocorrência de escândalos ou de notícias sensacionalistas. Homem culto, preparado social e politicamente, sempre procurou ser discreto em suas aparições. Pouco foi falado de sua vida particular, o que levou os jornalistas a buscarem qualquer detalhe, mesmo o mais simples, em fotos ou discursos. Nada de muito substancial, portanto, durante o período de FHC, como era conhecido, pode ser destacado. Falava-se muito das constantes viagens do presidente, mas analisando nossa história, e, comparado com o futuro presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, até mesmo suas viagens, vistas como exageradas ou absurdas podem ser consideradas, atualmente, como necessárias para a política internacional, acordos e pactos externos, que pudessem viabilizar uma economia mais racional para o Brasil.

Em contrapartida, Luiz Inácio Lula da Silva chega à presidência acompanhado de seus “companheiros” e de uma imprensa que ele próprio estimulou desde seu início na política, em São Paulo. Sempre procurou destacar suas qualidades de operário, solidário com a classe trabalhadora e com a população de baixa renda. Fez uso da imprensa para denunciar muitos políticos e o que considerava corrupção nos governos anteriores ao dele. Ao assumir a presidência, os jornalistas continuaram cobrindo seu noticiário com a mesma intensidade. Deflagraram-se escândalos, vários “companheiros” foram acusados de corrupção e desvio de verbas da União, homens que pelo presidente Lula foram convidados para compor a cúpula governamental. Ainda nesta gestão, na data desta monografia, teremos muito do que falar e estudar sobre o governo Lula e suas repercussões na imprensa nacional.

As condições históricas do nosso país sempre fizeram com que os jornais tivessem tiragem reduzida e circulassem quase exclusivamente no espaço público de uma elite letrada. É verdade que nos últimos anos o ligeiro crescimento da tiragem dos

jornais brasileiros expressa a entrada no mercado das “novas” classes C e D. Jornais com uma linha editorial e linguagem próprias foram criados para atender esse público. *Expresso* e *Meia Hora* são dois exemplos de diários que surgiram para atender uma linha de anunciantes específica.

Apesar disso, não há dúvida de que o rádio e a televisão são os dois veículos de maior penetração na população do país, e o que vem acontecendo aos jornais impressos não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. A principal causa para explicar a situação presente é o surgimento e o vertiginoso crescimento da Internet, a partir da década de 1990.

Além das reformas de gestão e administração pelas quais têm passado os grandes jornais, eles também estão cada vez mais dependentes de leitores com mais de 50 anos, cuja intimidade com o confuso ambiente dos *chats* e fóruns *on-line* é praticamente nula.

Hoje, a grande incógnita é quanto ao grande público das comunidades *on-line*, formado por jovens e pela geração com menos de 35 anos, cuja afinidade com a imprensa convencional diminui aceleradamente. A imprensa tradicional (veiculada em papel) está obrigada a redefinir o jornalismo e a relação com os seus leitores pelo impacto que provoca a Internet e as novas tecnologias da informação.

CONCLUSÃO

Alguns estudiosos prevêem que o último jornal impresso nos Estados Unidos poderá parar de circular até meados do século XXI, com base em uma projeção matemática. Na verdade, o fim pode ser antecipado, caso seja mantida a atual tendência de queda nas tiragens e na receita de publicidade.

A “morte” dos jornais, entretanto, pode ser evitada, se os executivos de jornais estudarem a Internet para identificar em que áreas a informação impressa tem mais condições de sobreviver. Talvez o produto/serviço oferecido menos vulnerável à substituição (pela Internet) seja aquele no qual o jornal ganha toda a sua credibilidade, produzindo localmente notícias, análises e jornalismo investigativo sobre questões de interesse público.

Depois de ter sido menosprezada durante várias décadas, a presença comunitária é hoje uma questão estratégica. Os jornais e os jornalistas não são meros observadores do que acontece na sociedade, e a estratégia comunitária pode ser uma opção para os jornais impressos, caso eles alterem o foco editorial que ainda hoje está fortemente influenciado pela cobertura de escândalos, violência, sexo, corrupção e manipulação política nas questões locais.

Outra circunstância que pode influenciar um novo relacionamento entre jornais e comunidades é o envolvimento desta na produção de notícias. As empresas jornalísticas não têm mais recursos financeiros para manter grandes equipes de reportagem para cobrir dezenas de bairros em cidades de médio e grande porte.

No Brasil, nenhum dos três principais jornais do eixo Rio-São Paulo tem planos imediatos para criar comunidades de leitores. No Sul, o jornal *Zero Hora* mantém um conselho de leitores que não chega a ser uma comunidade, segundo o modelo da Web.

A imprensa encontra-se num momento crítico, e só se poderá reverter a situação identificando as vantagens que oferece a Internet.

Na 63ª Assembléia-Geral da Sociedade Interamericana da Imprensa, Jennifer Carroll, proprietária de 85 jornais nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, afirmou que “agora é o momento para inovar e se voltar às comunidades. Nesse processo de inovação, é imperativa a defesa do serviço público da imprensa e para isso deve-se colocar nas mãos do público toda a informação possível.” (www.netsygma.pt/noticias)⁴⁶

Os europeus recorrem mais à Internet do que à imprensa para obter informação, embora a televisão e a rádio continuem a ser os veículos mais utilizados, de acordo com um estudo da Associação Européia de Publicidade Interactiva (AEPI) baseado em 7.000 entrevistas telefônicas realizadas aleatoriamente durante os meses setembro e outubro., com cidadãos do Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Itália, países nórdicos, Bélgica e Holanda. (*Diário de Notícias*, Portugal, 11/11/2004)⁴⁷ Segundo o estudo, 61% dos europeus visitam sites noticiosos e 88% utilizam o e-mail com regularidade. Mais de 1/3 dos cibernautas assume que reduziu o tempo que dedica à televisão como consequência de uma maior utilização da web.

Na mesma pesquisa, metade dos inquiridos afirmou que a Internet é a sua fonte de informação preferida. A grande maioria dos entrevistados (83%) acha que a televisão tem demasiada publicidade, enquanto apenas metade pensa o mesmo em relação à rede mundial. A pesquisa conclui ainda que o meio digital faz crescer as vendas *off-line*, já que duas em cada cinco pessoas procuram informação na Internet sobre bilhetes para filmes, teatro, atividades de lazer e viagens para, só depois, os comprarem através dos canais tradicionais.

A origem da Internet remonta aos anos 60. Mas desde os anos 90, com a sua popularização, o jornalismo teve uma reviravolta quanto ao estilo de escrita. Com a Internet surgiu o webjornalismo ou jornalismo *on-line*, que segue princípios diferentes da escrita tradicional. A principal diferença nesse processo é o surgimento do

⁴⁶ www.netsygma.pt/noticias - acessado em 20/8/2008.

⁴⁷ www.netsygma.pt/noticias - acessado em 20/8/2008.

hipertexto, termo que remete a um texto em formato digital, ao qual agrega-se outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, imagens ou sons, cujo acesso se dá através de referências específicas denominadas hiperlinks, ou simplesmente links.

O jornalismo *on-line* apresenta algumas características específicas e diferenciadas dos meios audiovisuais. A instantaneidade das notícias faz com que os formatos sejam modificados e os textos mais curtos e diretos. Outra característica positiva do jornalismo *on-line* é a sua maior interatividade com os leitores, que podem participar e comentar matérias

O ambiente virtual usa vários tipos de mídia como áudios, textos, *links*, fotografias e imagens dinâmicas (*vídeos*). O webjornalismo, jornalismo *on-line*, ciberjornalismo, jornalismo eletrônico ou jornalismo digital é o jornalismo dos meios digitais. Inicialmente, era apenas uma versão dos jornais impressos veiculada na Internet mas, depois, o webjornalismo acabou por seguir um caminho diferenciado.

Outras benfeitorias, como ampliação da base de pesquisa e de fontes de notícias, são possíveis graças à Internet e ao jornalismo *on-line*. O uso de *links* permite entrelaçar unidades de conteúdo textual e audiovisual. Vídeo, áudio, figura e texto, interagem de uma forma que se complementam. Por fim, o jornalismo digital é policrônico, ou seja, é atemporal, por suas constantes atualizações e pela possibilidade de acessarmos conteúdos antigos a qualquer momento.

Entre as novas linguagens presentes no jornalismo digital, surgiu o uso da nuvem de *tags*, elemento gráfico muito comum em *blogs*, que visa facilitar a navegabilidade dos leitores. A nuvem de *tags* é apenas uma das novidades que a Internet é capaz de proporcionar.

O jornalismo digital ainda é embrionário. No século XX, as mídias de massa ou *mass media* ditavam os rumos da comunicação e buscavam atingir não um único público, mas toda a massa de leitores e espectadores. Hoje, com o jornalismo *on-line* surgem as massas de mídia. Tratam-se de milhares de pequenas mídias – *blogs*, *sites*, comunidades do Orkut, canais no *YouTube* – que tornaram-se viáveis por causa do advento da Internet.

Os *sites* noticiosos estão começando a ter rentabilidade. Entretanto, a Internet – o meio de comunicação que mais se expande no mundo –, não tem apresentado crescimento proporcional quando a questão se trata do investimento publicitário, que

crece em ritmo muito menor. Ele ainda é modesto, quando comparado à verba publicitária injetada na televisão.

Questões ainda sem resposta:

- O que acontecerá com os jornais impressos diante do jornalismo *online*? Sobreviverão com o formato atual?

- Os *blogs* de notícias reproduzem o jornalismo da grande mídia? O que os “blogueiros” fazem é jornalismo? Como fica a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão no espaço-livre da Internet?

- Quais as implicações dos *e-mails*, *sites* interativos, comunidades virtuais etc. para a sociabilidade humana? Como fica a preservação da memória nos tempos do jornalismo *on-line*? É possível construir com segurança a memória do “espaço virtual”?

- A Internet tem algum poder de influência no resultado eleitoral no Brasil? E em outros países? Existe alguma forma de se controlar a propaganda eleitoral na Internet? Esse controle é feito em outros países? Qual a avaliação que se pode fazer das decisões do TSE sobre o assunto no Brasil?

- Qual a distribuição comparativa do investimento publicitário na Internet? Quais as projeções para os próximos anos? Quem controla a Internet?

Atualmente, muitas dúvidas que têm sido colocadas provavelmente surgiram na época da imprensa de Gutenberg. Até onde valem a pena os investimentos em novas tecnologias, como a Internet, se menos de 10% da população mundial tem computador e/ou acesso à Rede? No meio educacional, a escola começa a se questionar quanto a sua integração com a Internet, pois há poucas pessoas (entre pais e professores) dispostas a usá-la com tanta proficiência quanto os alunos. Os educadores e as escolas não têm como fechar os olhos diante da importância do uso da nova ferramenta no processo pedagógico. O futuro validará as iniciativas em criar cultura e auxiliar a educação nessa nova imprensa, na imprensa da “internáutica”.

Existe uma contradição entre as duas principais tendências que dominam as chamadas “sociedades em rede”: a redistribuição do poder comunicacional que a digitalização possibilita através das novas tecnologias de informação e comunicação

(TICs) e a concentração e o controle de toda a infra-estrutura necessária nas mãos de poucas corporações globais.

Será que as promessas democratizantes da Internet correm o risco de se frustrar pelas mesmas razões que têm provocado, por exemplo, a contaminação de coberturas jornalísticas, produzidas dentro de mega-estruturas empresariais e, portanto, permanentemente sujeitas às interferências diretas ou indiretas de interesses não jornalísticos – comerciais – de seus controladores? O importante é que esses tipos de questões estão sendo propostas e debatidas.

Independente das transformações que vierem a ocorrer, os jornais mais tradicionais testemunharam os eventos mais importantes de seu tempo e hoje são repositório de informações do qual os historiadores não podem prescindir. Segundo um deles, o inglês John Campbell, os diários são a principal fonte pública sobre acontecimentos grandes e pequenos, da guerra e da diplomacia ao crime e ao escândalo, assim como os negócios, o esporte, a moda e as artes. Foram também o principal veículo de opinião de especulação e de debates em todos os níveis da sociedade. Com todos os problemas e distorções que os jornais possam apresentar, são uma fonte indispensável para captar a atmosfera dos tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS:

ANUÁRIO DE IMPRENSA, RÁDIO E TELEVISÃO. Rio de Janeiro, PN, 1957-1960.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira.** São Paulo: Ática, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Os cacos da história.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: 1920-1945.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **D. Pedro II.** Coleção Perfis Brasileiros. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

COTTA, Pery. **Calandra: O sufoco da imprensa nos anos de chumbo.** Brasil: Editora Bertrand, 1997.

FERNANDO, Jorge. **Cale a boca, jornalista!** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908**. Rio de Janeiro: Editora Quaresma, 1941, 220p. *apud* MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de, *in* **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo: Planeta, 2007

HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LUSTOSA, Isabel. **O Nascimento da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de, *in* **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MOLINA, Matías M. **Os melhores jornais do mundo. Uma visão da Imprensa Internacional**. São Paulo: Globo, 2007

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Editora Perspectiva/FAPESP, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ROSSI, Clóvis. **A contra revolução na América Latina**. São Paulo: Atual, 1991.

SANDRONI, Cícero. **180 anos do Jornal do Commercio (1827-2007). De D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva**. Rio de Janeiro: Quorum, 2007.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal. A Folha de S. Paulo, O Globo, e O Estado de S. Paulo na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SODRÉ, Nelson. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada: teoria política do Império**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

CORREIO ELETRÔNICO:

CHACON, Wamirech – Observatório da Imprensa – Acessado em 13/5/2008.

LIMA, Venício Arthur de – Observatório da Imprensa – Acessado em 4/6/2008.

www.planalto.gov.br/civil_03 – Acessado em 15/7/2008.

www.itv.org.br/doc – Acessado em 15/8/2008.

www.cpdoc.fgv.br/jornalismo/regulamentacao – Acessado em 12/7/2008.

www.cpdoc.fgv.br/jornalismo/janio_br – Acessado em 14/7/2008.

www.netsigma.pt/noticias – Acessado em 20/8/2008.

www.brasilcultura.com.br – Acessado em 17/10/2008

www.wikipédia.org.br – Acessado em 20/8/2008

PERIÓDICOS:

Catálogo de periódicos brasileiros microfilmados. Rio de Janeiro: Fundação Bilioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1994.

Revista Imprensa. Edição nº 235, de junho de 2008. Suplemento especial.

Revista Veja. Edição nº 915, de 2/4/1986, p.132.